

MARIA CRISTINA MARTINS

**INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO:
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA?**

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

2009

MARIA CRISTINA MARTINS

**INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO:
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA?**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celso João Carminati

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

2009

Dedico esta pesquisa a todos os profissionais da educação, em especial aos professores, que vivem o cotidiano das escolas públicas com seus temores e esperanças na busca de melhores condições para o ensino.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela experiência terrena.

À UDESC pela excelência em educação.

Aos professores Norberto Dallabrida, Gladys Mary Ghizoni Teive, Geovana Lunardi e Vera Lúcia Gaspar da Silva por serem verdadeiros “mestres”, pela humanidade e oportunidade do aprendizado.

Ao meu orientador Celso João Carminati pela observação exata no momento adequado.

Às colegas Maria Clarete Borges de Andrade, pela partilha nos momentos de angústia, e Ângela Beirith, pelo sorriso acolhedor e apoio recebido.

Aos entrevistados pela contribuição precisa que tornou possível esta pesquisa e a todos aqueles que auxiliaram com informações.

Às amigas Márcia e Fernanda por fazerem parte de momentos inesquecíveis de minha vida e pela amizade verdadeira.

À minha mãe pelo incentivo ao estudo desde “sempre”.

Aos que virão pela busca de um futuro melhor.

E em especial ao meu marido Nelito pelo aprendizado de cada dia na convivência.

“Feita a revolução nas escolas,
o povo a fará nas ruas.”

Florestan Fernandes

RESUMO

Com esta pesquisa, procuramos compreender e discutir os espaços de participação democrática da comunidade escolar no Instituto Estadual de Educação, uma instituição peculiar com mais de 100 anos de história em Florianópolis, no período de 1985 a 1995. Investigamos questões referentes às atividades e processos de constituição democrática que se deram dentro da instituição a partir da participação direta da comunidade escolar nas decisões, identificando os obstáculos (limites) e os elementos facilitadores (possibilidades) dessa participação. Procuramos estabelecer uma mediação entre o momento singular do cotidiano escolar do IEE (movimentos internos) e as lutas sociais que aconteciam no país nas décadas de 1980 e 1990, discutindo momentos específicos de participação como os processos de eleição para o cargo de diretor (1985 e 1990) e as greves do corpo docente (1987 e 1995). Nesse sentido, para melhor compreender esses processos foram discutidos conceitos como participação, capital social e capital simbólico. Como fontes de pesquisa foram analisados documentos do arquivo da instituição, documentos pessoais, revisão bibliográfica, fontes orais e jornais locais da época.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Espaço social. Democracia. Eleição. Capital social e simbólico.

ABSTRACT

With this search, we try to understand and discuss the ways of democratic participation of school community of Instituto Estadual de Educação, a singular institution with more than 100 years of history in Florianópolis, in the period between 1985 and 1995. We investigate questions toward activities and processes of this democratic institution that occurs inside the school with a real participation of the school community in the main decisions, identifying the blocks and the facilities of this participation. We look for establish a mediation between the singular moment of the day of the school (Inside movements) and the social fights that happened in the country in 1980 and 1990's decades, discussing specific moments of participation as the process of election to the principal of the school (1985 and 1990) and the strikes of the teachers (1987 and 1995). In this way, to understand better these processes, concepts were discussed as participation, social capital and symbolic capital. For the search were analysed documents from the institution comp. file., particular documents, bibliography revision, newspapers and oral expressions of the local people.

KEYWORDS: Participation. Social space. Democracy. Election. Social capital and symbolic capital.

Lista de Figuras

Figura 1. Organograma da estrutura geral do IEE.....	33
Figura 2. Capa do Jornal Veredas de maio-junho de 1991, edição nº 1.....	62
Figura 3. Jornal O Estado” de 07/05/95 - seção geral.	67

SUMÁRIO

Introdução	10
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1. O Instituto Estadual de Educação: espaços de participação?.....	15
---	-----------

1.1. Contextualização das décadas de 1980 e 1990	15
1.2. Constituição histórica e organizacional do IEE	29
1.3. Órgãos colegiados	34
1.3.1. O Conselho Deliberativo Escolar.....	34
1.3.2. O Conselho de Ensino	37
1.4. Instituições vinculadas	38
1.4.1. A Associação de Pais e Professores (APP)	38
1.4.2. A Associação de Professores e Funcionários (APF).....	40
1.4.3. O Grêmio Estudantil (GE).....	41
1.4.4. A Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação (ADIEE)	43

CAPÍTULO II

2. Em busca da participação: uma nova realidade.....	45
---	-----------

2.1. Os momentos de eleição	45
2.2. A escolha de diretor por voto direto	49
2.2.1. A eleição direta de 1985: ares de democracia	50
2.2.2. A greve de 1987 e seu desdobramento: o “Golpe da Merenda”.....	51
2.2.3. A eleição de 1990: “Os ideais não envelhecem”	60
2.2.4. A greve de 1995.....	65

CAPÍTULO III

3. Participação no espaço social do IEE	69
--	-----------

3.1. A ação das entidades nos espaços de participação	69
---	----

3.2. Possibilidades e limites de participação no espaço social do IEE	73
3.3. Das lutas à apropriação do capital social pelo corpo docente	81
3.4. Espaço social e capital simbólico agregado	85
Considerações Finais	90
Referências bibliográficas.....	93
Bibliografia consultada.....	95
Fontes.....	96

Introdução

Em uma sociedade democrática, a educação formal precisa ser um instrumento que discuta e aponte os diferentes interesses sociais e apresente políticas que reflitam a respeito dos obstáculos e das soluções para a formação de sujeitos críticos, comprometidos profissionalmente com as mudanças sociais e a prática da democracia escolar. Deve ser papel do Estado legislar e, em certa medida para as escolas públicas, financiar e assegurar que os processos democráticos e de formação educacional se desenvolvam.

Dessa forma, observa-se que o sistema educacional é estruturado para cumprir uma função social, organizando-se formalmente a partir de normas e regulamentos. Porém, segundo ROMANELLI (2005), mesmo que a legislação educacional vise a atender os diferentes interesses de uma sociedade “é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar favoreçam as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura”.

A composição das forças representadas pelo poder político apresenta relação direta com a organização formal do ensino. Assim, para que uma gestão educacional se torne democrática precisa contar com espaços como conselhos, fóruns, projeto político pedagógico entre outros a serem constituídos nas diferentes instâncias educacionais. Para uma gestão democrática da escola, se faz necessário a participação de todos os segmentos da instituição, entre os quais, professores, alunos, pais e funcionários.

A partir da atuação desses segmentos nesses espaços, a comunidade escolar busca assegurar suas conquistas e amplia suas responsabilidades, o que contribui para a organização escolar, e para o respeito às diferentes identidades pessoais e sociais, formando novas lideranças e democratizando as instituições. Nesta perspectiva, os segmentos da instituição podem participar efetivamente da gestão da escola para que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado.

De acordo com PARO (1996), só haverá condições de uma efetiva participação da comunidade escolar na gestão da instituição à medida que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los.

A democratização das relações no interior de uma unidade escolar se faz em função das lutas realizadas por seus segmentos no interior da sociedade civil. Se for apenas delegada pelas autoridades que representam o poder do Estado, a democratização não terá consistência.

Neste sentido, se faz necessário verificar em que condições essa participação torna-se realidade, ou seja, o que professores, pais, alunos e funcionários podem fazer por si próprios para que sua participação se efetive. É importante ressaltar que a democratização da escola pública implica também a participação desta no processo de escolha de seus dirigentes. Tendo isto presente, pretendo conhecer e examinar os espaços de participação democrática dentro do Instituto Estadual de Educação no âmbito das decisões. Com esse intuito, investigarei questões referentes às atividades de formação cultural, política e social e processos de constituição democrática que se deram dentro da instituição a partir da participação direta dos segmentos tanto nas decisões quanto nos momentos de tensão como as greves de 1987 e 1995 e as eleições diretas para a escolha do cargo de diretor nos anos de 1985 e 1990, identificando os obstáculos (limites) e os elementos facilitadores (possibilidades) dessa participação.

Discutirei essa participação a partir do conceito elaborado por Vitor Henrique Paro. Para o autor, o conceito de participação está ligado à participação nas decisões. A importância da participação da comunidade na escola se dá por meio da partilha do poder com aqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade do ensino. Ainda segundo o autor, a participação precisa ser percebida como instrumento do processo de gestão democrática, pois é a partir dela que os espaços democráticos podem se constituir, se estabelecer dentro da instituição de ensino.

Escolhi como instituição para a pesquisa o Instituto Estadual de Educação que é uma instituição escolar que atende mais de 6.500 alunos e que atua há mais de 100 anos em Florianópolis. Decidi pesquisá-la porque leciono nesta instituição que me encanta por sua grandiosidade e relevância estadual, além de ter vivenciado alguns momentos de participação dentro da mesma. Com isso, terei a oportunidade de discutir e contribuir com a socialização de parte da cultura desta escola que é um indicador social e que formou culturalmente várias gerações.

O período a ser estudado é de 1985 a 1995. A pesquisa busca estabelecer uma mediação entre o momento singular que acontecia no cotidiano escolar do IEE

(movimentos internos) e os movimentos sociais que aconteciam no país nas décadas de 1980 e 1990. Pretendo compreender as dimensões e realidades complexas existentes nesse processo de constituição histórica de uma década, por meio de um outro olhar, elaborando novas construções. Assim sendo, objetivo (re)construir experiências com um olhar do presente fazendo uma (re)leitura dos acontecimentos relacionados aos espaços de participação democrática existentes na instituição de ensino no período recortado em momentos específicos de participação como os processos de eleição para o cargo de diretor (1987 e 1990) e as greves do corpo docente (1987 e 1995).

Nesse intuito, para discutir os espaços de participação dentro do Instituto Estadual de Educação, levarei em consideração o estudo do livro: “Instituto Estadual de Educação a erosão da ordem autoritária”, de Elisabeth Juchem Machado Leal, publicado pela editora da UFSC, em 1989. A partir da abertura política de 1979 no Brasil, a autora se questiona: a democratização que se dá na esfera do poder do Estado é condição suficiente para a democratização da sociedade? Havia o exercício das práticas democráticas na gestão do cotidiano desta instituição? LEAL (1989) interessou-se por analisar mais de perto os efeitos de poder que se produziam no interior da organização escolar e como tais efeitos se concretizavam nas relações entre dirigentes, professores e alunos. Em seu trabalho analisou documentos que tratavam da “organização formal”: documentos que definiam os órgãos escolares, sua composição e suas atribuições. Na época da realização de seu trabalho (1986), o IEE não dispunha de um regimento interno nem de um Conselho Deliberativo. Dispunha apenas de documentos normatizadores de alguns aspectos da vida escolar. Sua análise se pautou nas relações de ordem disciplinar e burocrática dentro da instituição. Assim sendo, o caminho a ser percorrido em minha pesquisa surge do seguinte questionamento: que espaços democráticos foram sendo construídos no período de 1985 a 1995?

Utilizarei como fontes de pesquisa documentos do arquivo da instituição, documentos pessoais, revisão bibliográfica, fontes orais, os jornais locais da época como *O Estado* e *Diário Catarinense* que divulgaram alguns acontecimentos específicos que repercutiram na mídia como greves e as eleições no período estudado. Optei pela pesquisa qualitativa, pela forma como apreende e legitima os conhecimentos. Segundo CHIZZOTTI,

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2008, p. 58)

Esse autor considera que o testemunho oral das pessoas, suas percepções e análises podem esclarecer aspectos ignorados além de indicar fatos inexplorados do problema de pesquisa. As experiências que os mesmos têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram contribuem para a referência das análises e interpretações nas pesquisas qualitativas.

Dessa forma, com relação ao método de coletar dados serão realizadas entrevistas estruturadas (perguntas específicas) e semi-estruturadas (discurso livre orientado por algumas perguntas chave) com alguns líderes das entidades escolares consideradas pessoas-chave, ex-diretores e professores. As entrevistas contribuirão para a efetiva análise e discussão dos espaços participativos dentro da instituição, pois serão registrados os momentos em que os movimentos dessas entidades aconteceram. Ou seja, tentarei perceber o que se fazia na escola no período estudado. Além disso, procurarei identificar se existiu um capital social agregado por lideranças nas relações por elas estabelecidas dentro desse espaço social e a existência ou não de um capital simbólico. As entrevistas foram realizadas nos segundos semestres de 2007 e 2008. Algumas destas foram gravadas e transcritas e outras apenas transcritas. Os depoimentos foram todos consentidos por seus autores para serem publicados na íntegra e com seus verdadeiros nomes.

Mergulhar no interior de uma instituição e tentar mostrar os aspectos que ali se apresentam exige que se busque, não só no interior de seus muros, mas em seu entorno a identidade que se apresenta. Dessa forma, será também apresentada a visão, a análise que a mídia divulgou a partir dos problemas que aconteceram no IEE, percebendo o que se projetou sobre a instituição na imprensa/sociedade. Buscando tais informações, encontrarei novos elementos para melhor entender o que ocorreu no interior da escola.

No primeiro capítulo da pesquisa farei uma breve contextualização do período analisado bem como dos movimentos por participação do IEE nas décadas de 1980 e 1990, sua constituição organizacional e sua estrutura física. Em um

segundo momento, serão apresentadas as entidades de participação desta instituição que são o Conselho Deliberativo Escolar, o Conselho de Ensino, a Associação de Pais e Professores, a Associação de Professores e Funcionários, o Grêmio Estudantil e a Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação.

No segundo capítulo, discutirei os processos de políticas educacionais que contribuíram para que as eleições de diretores nas escolas públicas do Estado se tornassem efetivas por meio de Leis instituídas pelo Governo. Analisarei o movimento de professores no processo de eleição interna para o cargo de diretor, a partir de dois momentos específicos (1985 e 1990), e as greves de 1987 e 1995 observando, nesta perspectiva, as lutas, as pautas e os movimentos dos professores por melhores salários e condições de trabalho.

No terceiro capítulo analisarei as possibilidades e limites da participação no âmbito do IEE, compreendendo quais foram, por um lado, as possibilidades de participação da comunidade escolar dentro do espaço social da instituição, se esta contribuiu para conquistas e formação de novas lideranças. Tentarei perceber o processo de melhoria da escola e de democratização que ocorreu em seu interior, compreendendo, também se houve a apropriação do capital social pelos sujeitos e pelas entidades de participação da instituição.

CAPÍTULO I

1. O Instituto Estadual de Educação: espaços de participação?

O Instituto Estadual de Educação sempre teve uma representação estadual e nacional. Neste capítulo pretendo estabelecer uma mediação entre o momento singular do cotidiano do Instituto Estadual de Educação com seus movimentos internos e as lutas sociais que aconteciam no Estado de Santa Catarina e no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Além disso apresentarei as entidades de participação desta instituição de ensino.

1.1. Contextualização das décadas de 1980 e 1990

O Brasil vivenciava na década de 1980 o processo de abertura política da ditadura militar (1964-1985). Período em que professores foram presos e demitidos, universidades foram invadidas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi proibida de funcionar e diversas expressões populares contrárias aos interesses do governo eram caladas, muitas vezes pela violência física. O objetivo era desmobilizar a sociedade civil por meio da repressão. As mudanças conduzidas pelo regime autoritário resultaram em profundos desajustes na sociedade. Os desequilíbrios de renda, o arrocho salarial e o descaso com os direitos sociais também marcaram os anos da ditadura.

De acordo com SPOSITO (1993), os investimentos na área social, particularmente na educação, foram reduzidos, deixando de ser atendidas suas necessidades elementares. O ensino público se degrada, deixa de oferecer condições mínimas para a classe trabalhadora.

Nesse período surgem os Novos Movimentos Sociais (NMS) que, segundo GOHN (2007), seriam esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. Este Movimento vê os participantes das ações coletivas como atores sociais que são analisados pelos teóricos dos NMS por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Dentro das tendências mundiais desse campo, algumas teorias elaboradas em outro contexto social ajudam a explicar nossa realidade. Trata-se de uma tendência, que indica diferenças entre o paradigma dos Novos Movimentos Sociais construídos na Europa e a realidade dos Movimentos Sociais no Brasil. Segundo GOHN,

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política, etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas, etc. (GOHN, 2007, p.15)

A autora afirma que os NMS usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública. Esta é a forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais que busca promover mudanças nos valores dominantes e dentro de instituições da sociedade civil.

Importante ressaltar que os Novos Movimentos Sociais construídos na Europa deram-se na órbita das questões de gênero e das liberdades individuais, mais vinculados aos direitos civis. Já no Brasil foram centrados nos campos da saúde e educação e, portanto, vinculados aos direitos sociais.

O crescimento da organização de diversos setores da sociedade brasileira se deu por meio de greves, que se alastraram por todo o território nacional envolvendo diversas categorias assalariadas como funcionários públicos, médicos, motoristas e trabalhadores rurais; concentrações e protestos que tiveram importante papel no processo de abertura política do país. Este é considerado o momento da explosão onde nascem e se fortalecem os sindicatos, os movimentos sociais, as lutas pela LDB e pelas “Diretas Já” e a promulgação da “Constituição Cidadã” em 1988.

No campo da educação essa década significou um momento bastante expressivo. Professores iniciam, então, principalmente em Universidades Federais, as suas primeiras greves e surgem, na área acadêmica, novos conceitos como o de exclusão social e fracasso escolar.

Em 1982, foram eleitos pelo voto direto os governadores estaduais, sendo que doze foram do Partido Democrático Social (PDS), dez do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e um do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o que favoreceu a oposição ao governo federal. Essa eleição trouxe ao povo a

oportunidade de participação que havia sido cerceada desde o final da década de 1960 e, além disso, possibilitou articulações políticas que objetivavam a realização de eleições diretas para presidente da República no final da década de 1980.

Nesse período, o deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou ao Congresso uma emenda propondo as eleições diretas para presidente da República, dando início, assim, à campanha pelas diretas. A mobilização popular, neste sentido, iniciou-se em meados de 1983 com a realização de um ato público em Goiânia com o comparecimento de 5 mil pessoas. Mas foi entre janeiro e abril de 1984 que realizaram-se as principais manifestações em todo o país. De acordo com RODRIGUES (1992), a campanha das "diretas já" foi coordenada pelo comitê Nacional Pró-Diretas, órgão suprapartidário que contou com a participação dos partidos de oposição, de associações estudantis e profissionais e das centrais sindicais. A Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso e nessa fase começam a aparecer os primeiros indícios da candidatura de Tancredo Neves para presidente da República. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral. Depois de 21 anos o país voltou a ter um presidente civil.

O novo regime político que se instaurou, conhecido como a Nova República¹, foi um período de transição que conservou e reproduziu, ainda, alguns aspectos da ditadura com formas e por meio de mecanismos distintos. Observa FALCÃO (1986) que o novo regime mudou de forma gradual e progressiva,

[...] enquanto o regime militar tentava desarticular a luta dos movimentos sociais e da oposição através da repressão aberta ou da intimidação, ou mesmo do estímulo à despolitização, a "Nova República" busca do mesmo modo controlar os movimentos sociais, mas pela cooptação das lideranças. Se o regime militar se sustentava na coesão das Forças Armadas, apoiada por tecnocratas a serviço dos grandes monopólios, a "Nova República" aceita a tutela militar.

Neste sentido, de acordo com RODRIGUES (1992), mesmo existindo várias opiniões sobre o modo de conduzir a renovação das instituições e o estabelecimento de um regime mais participativo, mais uma vez prevaleceram os rumos determinados pela conciliação entre interesses de segmentos burgueses.

O Brasil saía de um processo de paralisia em vários aspectos como o político e o educacional e entrava em uma "nova era", momento sublime de mudanças para

¹ Denominação da fase política brasileira iniciada com a eleição de Tancredo Neves, em 1985. Inicialmente foi utilizada em um programa de ação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com Ulisses Guimarães.

o povo que tinha esperanças, afinal esperou por essa liberdade política por tanto tempo. Neste sentido, a Nova República, de acordo com KOUTZII (1986), “produziu mais emoção do que modificações”. Para o jornalista, a substituição do governo militar e a doença fatal de Tancredo Neves, que se transformou num longo calvário, foi explorada além dos limites da ética. Desta forma, estabeleceu um paradoxo que substituiu o exercício do voto e da participação, induzindo a pensar que a emoção era a participação. A influência dos meios de comunicação privados do país neste processo foi marcante, pois produziu a idéia de que o Brasil havia entrado numa etapa de modificações profundas no plano social, no entanto, o que aconteceu foi a mudança de um governo militar para um governo civil.

Em consequência do falecimento de Tancredo Neves, seu vice, José Sarney assume a presidência da República oficialmente em junho de 1985. Em seu período de governo, algumas mudanças contribuíram para a participação da população. As centrais sindicais foram reconhecidas de fato, mas o governo Sarney manteve intacta toda a legislação antigreve, cerceando a organização sindical, e proibindo a sindicalização para os funcionários públicos.

Nesse mesmo ano, uma nova etapa na história do movimento operário brasileiro se inicia, com o nível de organização e a amplitude das lutas, principalmente dos trabalhadores do ABC paulista², tornando-se um ideal a ser alcançado pelas demais categorias. Um sindicalismo combativo começou a se formar em todo território nacional, algo socialmente inovador que reivindicava piso salarial, antecipação salarial (trimestralidade), dentre outros, que passaram a fazer parte dos acordos trabalhistas. Nesse momento, o grau de participação alcançado pelos trabalhadores forma uma identidade coletiva. Os cidadãos se reconhecem como sujeitos que precisam participar ativamente e retomam o espaço político.

Como o governo Sarney não deu sinal de melhoras nas áreas econômica, política e social, as esperanças do povo brasileiro recaíram sobre a nova Constituição brasileira que passou a vigorar em 5 de outubro de 1988. Dentre algumas medidas importantes, a Constituição ampliou a liberdade individual, melhorou a ordem trabalhista com a diminuição de horas de trabalho semanal, ampliou a licença gestação além de criar a licença paternidade. Para RODRIGUES,

² **ABC Paulista, Região do Grande ABC** ou **ABC** é uma região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo, porém com identidade própria. A sigla vem das três principais cidades da região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C).

Se observarmos mais de perto o desenrolar dos trabalhos da Constituinte, verificamos que a inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadoras sempre se fizeram sob intensa pressão da bancada de esquerda e no limite máximo da concessão dos políticos de centro e de direita. Entre outras coisas, isto quer dizer que a Constituinte tentou reformar tudo sem modificar nada, de modo a conservar sem arranhões profundos a ordem social já existente. (RODRIGUES, 1992, p.21)

No âmbito da participação democrática, os brasileiros, após 29 anos, tiveram novamente a oportunidade de eleger seu presidente da República pelo voto direto, em 1989.

A abertura política, a ascensão às prefeituras e aos governos estaduais de candidatos pertencentes a partidos de oposição ao governo militar, a transição de um governo civil em nível federal, as conferências brasileiras de educação, a produção científica e a circulação de idéias pedagógicas divulgadas por revistas de educação surgidas nesse período representaram para a educação um momento privilegiado para o surgimento de idéias pedagógicas que em lugar de servir aos interesses dominantes se articulam com os interesses dos dominados.

Apesar de a década de 1980 ter sido considerada a “década perdida”, pois todos os indicadores econômicos apontavam para um caminho recessivo, do ponto de vista da organização do campo educacional, tal período é um dos mais fecundos de nossa história pela criação de associações de educação, que posteriormente se transformam em sindicatos, e pelos movimentos dos profissionais da educação. Além disso, as tentativas de medidas de política educacional ajudaram os educadores a encaminhar formas de políticas educacionais para superar as desigualdades.

A organização profissional dos educadores no país se distinguia por duas formas: uma que buscava a escola pública de qualidade aberta a toda a população e voltada para as necessidades da classe trabalhadora, ou seja, preocupada com o significado social e político da educação e outra que reivindicava o aspecto econômico-corporativo que se apresentou pelo fenômeno das greves que era a forma de pressão ao governo.

De acordo com FREITAG (1986), ao analisar as propostas educacionais do governo em 1985, alguns temas básicos foram incorporados pelo sistema educacional da Nova República como um todo,

destacando entre os males básicos (a) a falta de uma consciência nacional sobre a importância político-social da educação, (b) a baixa produtividade do ensino (altas taxas de evasão e repetência), (c) o aviltamento da carreira

do magistério, (d) a inexistência de um adequado fluxo de recursos financeiros para a educação básica, e (e) a insuficiência e má distribuição espacial de vagas nas escolas, responsáveis, em última instância, pelos 8 milhões de crianças, entre 5 e 14 anos, sem matrícula em escolas e pelos 20 milhões de analfabetos registrados nos últimos censos. (FREITAG, 1986, p.127)

Dentre as propostas e políticas relacionadas aos problemas educacionais do país estavam: a implementação da emenda Calmon, que propunha o investimento de 13% da renda tributária da União e 25% dos estados e municípios para a área da educação, e o programa “Educação para todos”, que pretendia universalizar o acesso à escola e vencer o analfabetismo.

O programa de ação imediata do projeto “Educação para todos” proposto pelo governo federal no Decreto nº 91.980, de 25.11.85 apresentava como um de seus objetivos acabar com o analfabetismo no Brasil por meio da Fundação Educar com a meta de executar programas de alfabetização e educação básica àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. O Educar substituiu o Mobral (Movimento Brasileiro de Educação), criado em 1967, que foi extinto devido aos desvios de seu objetivo original que era alfabetizar os 18 milhões de analfabetos recenseados em 1970 e que continuavam na mesma situação em 1986. Dados sobre o êxito do programa foram mascarados pelo fato de os professores receberem de acordo com os diplomas expedidos e por isso alguns profissionais falsificavam diplomas e até inventavam alunos fictícios.

Além disso, o programa de ação imediata objetivava ampliar e recuperar a rede física de ensino. Desta forma, criou os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), no governo de Leonel Brizola (PDT), que eram escolas públicas erguidas em favelas pobres do Rio de Janeiro com o intuito de beneficiar milhares de crianças carentes que recebiam alimentação integral, uniforme, material escolar e livro didático.

O Programa “Educação para Todos” contava, também, com a distribuição de merendas e livros didáticos gratuitos para alunos do Ensino Fundamental. Em 1985, o governo adota a política do livro didático, sendo que sua distribuição foi realizada em todo o território nacional.

Ainda segundo FREITAG (1986), o poder federal (prioritariamente encarregado do ensino superior) procurou apoiar-se em leis, programas e propostas educacionais já existentes nos poderes estaduais e municipais (incumbidos pela

Constituição da educação de Ensino Fundamental e Médio) para não introduzir inovações irrealizáveis,

Desta forma, programas e reformas que em 1985 foram anunciadas como propostas novas do governo da Nova República, como a eleição direta de diretores de escola, ampliação da jornada escolar, distribuição da merenda em escolas e do livro didático gratuito, combate à evasão e reprovação das crianças nos primeiros anos de escolarização mediante programas especiais, e outras medidas, já vinham sendo praticadas e controladas pelas Secretarias de Educação estaduais e municipais desde 1983. (FREITAG, 1986, p.150)

Nesse período, vários Estados e Municípios reorganizaram o Ensino Fundamental a partir das séries iniciais. Esse processo tinha como objetivo político minimizar o problema da repetência e da evasão escolar.

Em Santa Catarina, foi criado para o decênio 1969-1980 o Plano Estadual de Educação que vigorou ainda no início da década de 1980. O país passava por um momento que pretendia superar os déficits das condições culturais, sociais e econômicas. Para isso, segundo AURAS (1997), o Governo do Estado recrutou, via decreto, a Comissão Superior de Estudos (a ele subordinada) e que eram membros do Conselho Estadual de Educação, o Grupo de Trabalho e a equipe de Consultores e Colaboradores que ocupavam cargos de liderança em órgãos do governo.

Desse modo, estabeleceram linhas de ação que representavam o que deveria ser feito na área da educação para que o desenvolvimento se desse em seu aspecto integral. Dentre as linhas de ação estabelecidas estavam a filosofia da educação, que trata da promoção ao desenvolvimento integral do homem e da coletividade; o valor espiritual da educação, que se refere ao preparo para o exercício da cidadania democrática, por meio da educação moral e cívica; e o valor econômico da educação, que diz respeito à formação profissional do indivíduo.

O Plano Estadual de Educação tinha como um de seus objetivos garantir o êxito da política educacional do Estado. Além disso, visava a outros objetivos como o estabelecimento obrigatório escolar de crianças entre 7 a 14 anos em todo o território catarinense; o regime de avanço progressivo; a formação, aperfeiçoamento e reciclagem do pessoal docente, técnico e administrativo e propiciar aos indivíduos de 15 a 30 anos novas oportunidades de educação.

A educação catarinense, nesse período de 1969-1980, foi determinada pelos planejadores da educação que pretendiam mudar a mentalidade educacional da época. Expressavam uma visão de educação que promovia a formação de mão-de-

obra, ou seja, a educação era a alavanca para o desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento econômico infiltrou-se no sistema escolar por meio de uma ideologia desenvolvimentista e de mecanismos de produtividade. Para AURAS,

O processo adotado para elaboração do primeiro Plano de Educação catarinense constituiu-se num produto típico do regime instaurado com o golpe militar de 1964, caracterizado pela subordinação política da sociedade civil aos interesses do aparelho governamental. (AURAS, 1997, p.51)

Nesta perspectiva, o Instituto Estadual de Educação acompanhava este movimento democrático dos cidadãos instituído em todo o país na década de 1980.

Em 1983, segundo LEAL (1989), dá-se início a abertura política na instituição. Após a posse de Espiridião Amin, um novo diretor foi nomeado para o IEE³. Orildo José Cândido teve boa aceitação e o apoio da comunidade escolar devido a suas “propostas de democracia”. Com esta abertura, a participação da comunidade escolar nesse momento começa a despontar. Ainda neste ano, houve uma greve estadual com a adesão de grande maioria dos professores do IEE. Outro evento que mobiliza a escola para a ampliação da participação refere-se às eleições para a diretoria da Associação de Pais e Professores (APP). Pela primeira vez em doze anos de APP, havia duas chapas concorrendo à eleição: uma apoiada pela direção e uma de oposição. Neste processo a chapa vencedora foi a primeira. A partir daquele momento, ao que tudo indica, alunos, professores, pais e funcionários passaram a ter mais consciência de participação dentro da instituição e da importância de poder escolher seus representantes.

O então professor de Química do IEE no Ensino Médio de 1980 a 1995 e atual vereador em Florianópolis pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Márcio de Souza. Torna-se importante ressaltar que o relato do professor contribuiu na tentativa da construção de uma memória capaz de indicar o valor que as APPs assumiram como um espaço de ação política nas esquerdas dos anos de 1980. Ele relata que,

As eleições da associação de pais e professores eram mais concorridas que eleição para vereador. Nós tínhamos o confronto político ideológico que organizava essas chapas que eram nítidas. Tinha escola que ia para o norte e escola que ia para o sul. Era uma APP que os professores estavam ali participando ativamente. Conseguimos criar essa possibilidade de debate dentro da escola com um conjunto de pais, de alunos a dizer o papel da APP completamente distinto daquela tradição que a APP vinha e que até hoje persiste como aquela que dá suporte à escola quando do abandono do Estado, comprando papel higiênico, vidro. Avançou ainda por outras questões mais complexas que já existiam no Estado do Paraná e

³ A sigla IEE será utilizada para expressar o termo Instituto Estadual de Educação.

que nós detectamos aqui e fizemos denúncia disso que era a contratação de professores pela APP. Esses são desvios absolutos da função da criação de um organismo que agregue a participação dos pais. Nós também defendemos que deveria ser uma associação de pais e não necessariamente uma associação de pais e professores para justamente criar a possibilidade de um espaço de debate político deste segmento sem ter a intervenção do outro olhar de outro interesse distinto que são os professores ou da direção que fazia intervenção do próprio processo político desenvolvido no interior da APP que até hoje é motivo de controle. Então esse debate estava colocado na época. (Depoimento em 16/12/2008)

A caminhada para o processo de abertura da escola continua em 1984 com a participação de funcionários, especialistas, professores, pais e alunos na elaboração do novo Plano Estadual de Educação (PEE) que contou com a participação das escolas da rede estadual de ensino. O IEE dedicou uma semana para essas discussões. Nesse mesmo período, a direção da instituição cria uma comissão composta por quatro professores com o objetivo de elaborar um Regimento Interno para a escola. O regimento a princípio não foi discutido dentro do IEE. Neste momento, a comunidade escolar pressiona a direção que não teve alternativa senão partir para a abertura da discussão sobre o Regimento. O mesmo, que tinha a previsão para ser concluído em quatro dias, estendeu-se por todo o segundo semestre devido às atividades conflituosas e densas.

As representações do Instituto nesse momento, especificamente, tinham um peso muito grande na organização da escola. Os departamentos, que foram instituídos na década de 1970, passam a ter força com as suas chefias voltadas para o direcionamento pedagógico. Os chefes de departamento representavam uma autoridade dentro da escola assim como a APP (Associação de Pais e Professores) que, nesse período, tinha pais que participavam como presidentes, o que não acontece atualmente. Os segmentos da instituição participavam ativamente por meio da representação dos pais, pois a diretoria era quase que toda composta pelos mesmos, pois havia poucos professores.

Era um grupo que tinha o que se chamava na época de catedráticos, professores mais antigos que ministravam aulas na Universidade Federal de Santa Catarina e também tinham vínculo com o Instituto. Então essas figuras representavam uma respeitabilidade dentro do corpo docente. Então eles eram muito ouvidos, eram questionados, eram chamados para opinar e a opinião deles valia pelo status que eles recebiam dentro do Instituto por serem catedráticos. O que nós tínhamos aqui dentro também era essa união dos professores em torno das causas comuns. Se havia conflitos, eram resolvidos no grupo como um todo. Não havia, na década de 1980, apesar de ter sido um período de pós-ditadura militar, confrontos ideológicos. O que havia sim era, entre todos, uma preocupação com a Instituição. Todas as bandeiras levantadas naquela época eram para

proteger a Instituição. Não havia interesses sociais nem partidários. Não havia conflitos ideológicos dentro do IEE. Havia conflitos que se atingissem a Instituição o grupo se fechava e lutava por ela. Não importava de que corrente ideológica se fizesse parte, tinha uma principal que era o Instituto. O sujeito coletivo era muito forte. O coletivo maior sempre falava mais alto, muito mais do que o individual. (professora Clenice Rodrigues Machado/ Depoimento em 31/10/2008)

Dando continuidade ao processo de participação no IEE, aconteceram as eleições diretas para o cargo de diretor em 1985, além da participação dos professores e funcionários dessa instituição em uma grande greve do funcionalismo público de Santa Catarina em 1987, momento que será discutido no segundo capítulo. Foi nessa década também que houve a criação da Associação de Professores e Funcionários (1981), além do Grêmio Estudantil (1986).

Sobre o final da década de 1980, GOHN (2007) afirma que houve uma redefinição de posturas políticas quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder em várias prefeituras municipais. Desse modo, a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais.

Já na década de 1990, acontece a implosão, a estagnação. Foi neste momento que os movimentos sociais se institucionalizam tendo com isto um refluxo conservador.

Ao contrário do que aconteceu na década de 1980 em que as ações coletivas estavam alicerçadas em projetos político-partidários, na década de 1990 parte das ações que mobilizavam grandes coletivos de pessoas surgem antes de um chamamento à consciência individual do que à consciência coletiva. Além disso, outra diferença observada nas ações coletivas dos anos de 1990 foi que se apresentavam mais como “Campanhas” do que movimentos sociais.

Foi nessa década que, de acordo com DAGNINO (1994), surge uma nova noção de cidadania, a partir da experiência dos movimentos sociais da década de 1980, que marca a cena política da década de 1990. A autora destaca para o conceito de nova cidadania o caráter de estratégia política, pois expressa e responde a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte significativa da sociedade. Além disso, enfatiza que na organização desses movimentos sociais há a luta por direitos tanto pela igualdade quanto pela diferença. E ainda destaca um terceiro elemento que considera fundamental para essa noção de cidadania,

O fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um *nexo constitutivo* entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. (DAGNINO, 1994, p.104)

A idéia de cidadania, enquanto estratégia política, enfatiza o seu caráter de construção histórica, definida por práticas concretas de luta que correspondem a conflitos reais vividos pela sociedade em determinado período histórico. Esta concepção se mostra diferente da visão liberal da nova cidadania dos anos de 1990 que gerou esse termo como uma resposta do Estado às reivindicações da sociedade.

DAGNINO (1994) considera que para a distinção entre essas duas visões de cidadania faz-se necessário perceber que a nova cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de direitos que seria o “direito a ter direitos”. O tornar-se cidadão requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Essa concepção também se constitui como uma proposta de sociabilidade. Para a autora, ao contrário dos movimentos sociais que se apresentavam contra o Estado, o que essas novas experiências apontam não são apenas os modos de tomada de decisões no interior do Estado mas também os modos como se dão as relações Estado-sociedade.

Nesta perspectiva, essa foi considerada a “Era das ONGs” um modelo de movimento organizado com ênfase na auto-estruturação, ou seja, a captação de recursos feita por meio de uma articulação com a sociedade civil e política através de parcerias. As organizações não-governamentais ganham confiabilidade na gestão de recursos públicos. GOHN aponta que,

Os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos enquanto avalista dos recursos econômico-monetários. (GOHN, 2007, p.297)

No âmbito educacional, mudanças acontecem em decorrência de recomendações provenientes de vasta documentação internacional, emanadas de importantes organismos multilaterais como UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), CEPAL (Comissão Econômica para

a América Latina e Caribe) e Banco Mundial. Nosso país empenhou-se em promover reformas educacionais para superar o quadro de desvantagem em relação aos níveis de escolarização dos países desenvolvidos. De acordo com ROMANELLI,

Em educação, esse nível de percepção, quando chega a distinguir a defasagem entre aquilo que a escola oferece e aquilo de que carece o desenvolvimento, tende a provocar mudanças que procuram tão-somente escolher modelos de estrutura educacional mais avançados, sem se preocupar com a análise crítica da situação que provocou e alimentou a defasagem. Empenha-se, então em modernizar a estrutura do ensino, equipá-la para tarefas mais dinâmicas e dotá-la de mais eficiência na produção do contingente humano que carece o modelo econômico. (ROMANELLI, 2005, p.25)

Nesse contexto, o processo de desenvolvimento brasileiro nesse período sofre mudanças. Esse foi um momento de transformações econômicas e de novas ênfases nas políticas sociais. O setor informal passa a se promover e a ser importante para o crescimento econômico do país. As relações de trabalho não são mais o principal foco de luta dos trabalhadores que agora se preocupam, sim, em manter seus empregos.

No quadro político nacional, no início do ano de 1994, se definiram os primeiros contornos da disputa eleitoral para a presidência da República com as indicações de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ex-ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (1992-1994).

Desse prisma, para MENEGUELLO (1994) a disputa pela presidência foi orientada pela sobreposição do Plano Real que alterou decisivamente a preferência do eleitorado em direção a Fernando Henrique Cardoso em virtude de o Plano ter sido um sucesso no combate imediato à inflação e das articulações políticas necessárias a sua manutenção.

No campo da educação, o Brasil apresentou algumas mudanças em relação à sua política educacional. Dentre estas reformas educacionais está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96). Tal reforma incidiu na formação curricular do IEE que, assim como outras instituições de ensino, segue a legislação federal e estadual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, amplia o dever do poder público. Esta lei reforça a necessidade de se propiciar uma formação básica comum a todos. Pode-se destacar seu caráter de formação geral. Nesta perspectiva, o ensino médio passa a integrar a educação

básica que é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os mesmos são considerados pela nação como um processo educacional básico para a formação da cidadania.

Assim sendo, a LDB⁴ preconiza a formação geral e a preparação básica para o trabalho. A Lei presume uma diferença entre preparação geral para o trabalho e habilitação profissional. A concepção da preparação para o trabalho deve ser básica, isto é, deve ser base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho. Esta preparação não está vinculada a nenhum componente curricular em particular e sim a todos os conteúdos curriculares.

Dessa forma, a educação básica é constituída de conhecimentos e competências que se dão de forma contextualizada. O cotidiano e as relações estabelecidas no ambiente escolar devem dar significado a qualquer conteúdo curricular.

A idéia da educação como instrumento de crescimento econômico manifesta-se. A partir dessa nova condição, a educação escolar deu importância para formar trabalhadores que tivessem um domínio de conceitos gerais. A contribuição da educação nesse momento pautava-se no processo econômico-produtivo. Nesta perspectiva, de acordo com a LDB a idéia da formação do aluno apóia-se em sua preparação geral para o trabalho. Ou seja, à escola cabia formar mão-de-obra que fosse incorporada pelo mercado tendo em vista a competitividade. O investimento agora era em capital humano individual.

Com isso, a importância da educação escolar na formação desses trabalhadores reforçou-se. Manteve-se a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo que era a marca distintiva do capital humano. A teoria do capital humano entendia a educação como chave mestra para preparar as pessoas para atuar no mercado que exigia força de trabalho educada e competitiva. Ou seja, cabia à escola preparar mão-de-obra que seria incorporada ao mercado e que assegurasse a competitividade das empresas, com isso, haveria o incremento da riqueza social e da renda social. Tal teoria adquiriu uma nova versão: anteriormente seu significado estava pautado numa lógica econômica centrada em demandas coletivas, na década de 1990, deriva de uma lógica pautada na satisfação de interesses privados.

⁴ Sigla utilizada para expressar o termo Lei de Diretrizes e Base da Educação.

A construção de uma nova concepção de sociedade civil foi resultado das lutas sociais das décadas anteriores em que se reivindicavam direitos e espaços de participação social. GOHN indica que,

Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lares, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. (GOHN, 2007, p.301)

A partir dessa nova ação coletiva, uma nova institucionalidade se delineia, reformulando a concepção de esfera pública.

Nesse contexto da década de 1990, o grupo de professores do IEE já é outro, muitos dos profissionais que tinham lutado e levantado bandeira na década de 1980, já não estavam mais na escola, tinham se aposentado. Houve nesse período uma renovação do corpo docente no IEE que já tem características diferenciadas. Desse modo, fica muito mais claro o divisor ideológico dentro da instituição, pois começam os embates,

[...] o PT, o SINTE, leia-se SINTE/PT, tem um braço muito grande aqui dentro do IEE que também volta a ser o foco de atenção deles. Com isso tinha alguns profissionais que processavam o discurso do SINTE. Justamente pela força política que o IEE tinha. O SINTE quando ia fazer qualquer reivindicação, verificavam: “o IEE parou? O IEE entrou?” “O IEE vai fazer?”. O foco central sempre foi o IEE. Tanto que as sedes do SINTE sempre foram próximas ao Instituto. Eles sempre correram para cá. Tinham que primeiro parar o IEE para depois poder parar qualquer outra escola. Eles sabiam que precisavam levar o IEE primeiro para levar as outras escolas depois. Este era o forte, esse ir e vir, qualquer coisa que acontecia podia acreditar que na sala dos professores estava toda a diretoria do SINTE. Os ânimos começam a acirrar e começam os embates que na década de 90 ficam bem mais claros e determinados entre as lideranças dentro do IEE. (professora Clénice Rodrigues Machado/ Depoimento em 31/10/2008)

Havia, naquele período, lideranças que vinham do sindicato. Uma delas era o atual vereador Márcio de Souza, na época professor de Química, que era do SINTE e filiado ao PT. Até então esse tipo de movimento interno não acontecia. Alguns eram partidários do poder constituído naquele momento e também faziam embate com os que eram do sindicato que professavam o partido dos trabalhadores.

Segundo a professora Clenice, havia também aqueles que não diziam ser contra e aqueles que ficavam calados. Com isso o grupo começa a não ter mais unidade enquanto corpo docente. Não se consegue mais manter uma harmonia, uma união dentro do grupo.

Para o professor de Química e atual vereador Márcio de Souza, o SINTE ocupou um espaço de participação e lutas dentro do IEE,

Creio justamente na formação de uma referência sindical em educação política nesse papel pedagógico que o SINTE e a ALISC podem representar. [...] o SINTE teve essa contribuição significativa dentro da nossa formação e também por uma pauta que se constituía de aspectos importantes que fugiam da tradição dinamicista de uma visão sindical. Essa organização sindical historicamente sempre contou com a jornada de lutas do SINTE, sempre marcada pela preocupação social, pela função social da educação. Tanto que na nossa fundação nós tivemos uma preocupação também de chamá-lo de sindicato de trabalhadores em educação percebendo a importância, a função pedagógica de cada pessoa funcionante no interior da unidade escolar da merendeira ao vigia. Todos tinham funções pedagógicas em nossa elaboração conceitual que fizemos para desenvolver o sindicato de trabalhadores em educação, não o sindicato dos professores somente. Então, de forma geral, teve a função pedagógica importante de irradiar para a categoria e para as outras categorias que vinham em processo de luta. (Depoimento em 16/12/2008)

Nesta perspectiva, o corpo docente debatia a educação, mas agora com a orientação de uma organização sindical que contribuiu também para a participação em mais um processo democrático de eleição ao cargo de diretor (1990) assunto que será discutido no segundo capítulo.

1.2. Constituição histórica e organizacional do IEE

Do ponto de vista histórico legal, o Instituto Estadual já nasceu como escola diferenciada, com características próprias, desde quando fundado em 1892 como Escola Normal Catarinense, o que acontece até os dias atuais. Sempre esteve ligado a objetivos específicos que o transformaram, através do tempo, num Instituto Estadual, voltado para a pesquisa e experimentação científica no campo educacional do Estado de Santa Catarina e também ligado diretamente ao Governador do Estado, fazendo parte integrante da Secretaria da Educação.

O IEE acompanhou o desenvolvimento de Santa Catarina. Pude observar na pesquisa histórica o cuidado que autoridades estaduais e legisladores demonstraram em resguardar sua especificidade, dando-lhe, a cada período,

melhores condições, a fim de desempenhar as suas funções educativas. Sua vinculação, pela sua singularidade, foi ao Governador do Estado e é, atualmente, ao Secretário da Educação do Estado.

Na década de 1980, a Organização Escolar do IEE foi criada e aprovada pela Resolução 001/89 do Conselho Departamental do IEE em 14/06/89. Posteriormente foi revisada e aprovada pelo Conselho de Ensino em 11/04/2001.

A “Organização Escolar” do IEE é a denominação de um documento que trata de questões relacionadas à organização interna da escola como sua filosofia, a estrutura do ensino, o regimento escolar, a frequência, a avaliação do rendimento escolar, a verificação do regimento escolar, a recuperação dos estudos, o conselho de classe, o corpo docente, o estágio supervisionado, os certificados e diplomas, as formaturas e as disposições gerais.

Já na década de 1990, o governo, reconhecendo a autonomia administrativa, didática e financeira do IEE e sua condição de instituição de ensino e pesquisa, que o diferencia de uma simples unidade escolar, por intermédio da Lei nº 8.240 de 12 de abril de 1991, colocou a instituição diretamente na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, em nível de Diretoria.

Com relação a sua localização, o Instituto Estadual de Educação ocupa uma imensa área – 52.000 m² – no centro da Capital de Santa Catarina, Florianópolis. Conhecido pela grandiosidade da obra – 22.000 m² de área construída - é considerado o maior colégio público da América Latina. Possui números grandiosos não só pelo aspecto físico bem como humano. Diariamente, pelas suas instalações, calcula-se que passem cerca de 8.500 pessoas - entre alunos, funcionários, professores e comunidade-durante todo dia, nos seus três turnos.

Sua estrutura física apresenta: 144 salas de aula; laboratórios com bibliotecas específicas das disciplinas de Química, Física, Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes, Matemática, Ciências Biológicas, Magistério, “Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso” e Língua Estrangeira; audiovisual com duas salas de projeções; auditórios: Pedro Bosco (com capacidade para 200 pessoas) e Professora Myrthô (com capacidade para 40 pessoas); sala de professores; complexo esportivo com 2.500 m² de área construída (ginásio, quadras poli - esportivas ao ar livre, pista de atletismo, etc.); estúdio de dança: jazz, dança de salão, ballet e outros estilos; dois refeitórios, um na Escola de Aplicação (EDA) e outro no pátio central com atendimento diário para alunos, funcionários e professores; biblioteca central com

atendimento e assistência para alunos, professores e funcionários; sanitários, vestiários no Complexo Esportivo Rozendo Vasconcelos Lima; coordenações de Ala: Central Baixa, Central, Magistério, Sul Alta e Norte; praça dos namorados; salas das coordenações: Geral, de Ensino e Administrativa, das Assessorias e de Turno; memorial; guaritas que são três, localizadas na Avenida Mauro Ramos, Avenida Hercílio Luz e Rua Anita Garibaldi; estacionamento 1 e 2; pátios: da Escola de Aplicação, principal inferior e superior; rampas de acesso piso superior 1, 2, 3 e 4; um parque infantil (EDA); uma horta e um horto.

Cerca de 420 (quatrocentos e vinte) professores, entre efetivos e contratados temporariamente fazem parte do quadro de profissionais do IEE. Espalhados pelas mais diferentes áreas de conhecimento, funções (Chefias de Departamentos, Plantão Pedagógico, Laboratórios, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, Coordenadores de Ala, Direção de Turnos e Coordenadorias) e com qualificações variadas (Mestres, Especialistas, Doutores e Pedagogos) conseguem suprir a intensa demanda para a formação dos alunos.

O número de funcionários administrativos aproxima-se de 100 (cem), sendo os mesmos responsáveis pela parte operativa administrativa e respondendo pelas questões técnicas da instituição. Somado a estes números, conta o Instituto Estadual de Educação com profissionais terceirizados responsáveis pela segurança e triagem dos visitantes.

Anexa ao IEE está a Escola de Aplicação (EDA) que tem como função produzir as condições materiais de campo de estágio para os alunos do Curso do Magistério. Esta condição, também, se diferencia na rede estadual de educação pública. A Escola de Aplicação – como campo de estudo e prática – busca cumprir a sua função desde a década de 1960, dando a sua contribuição à educação do Estado de Santa Catarina.

Além disso, o IEE dispõe de uma ala exclusiva no térreo que funciona como Centro de Línguas Estrangeiras (CELE), em funcionamento desde 1964 que atende a toda a comunidade escolar com atividades extracurriculares com aulas de inglês, espanhol, francês e alemão.

No intuito de resolver a questão da falta de professores a instituição conta com o Plantão Pedagógico, ou seja, um grupo de professores com licenciatura plena que tem por função ocupar a aula do professor regular, na sua ausência, e contribuir para o desenvolvimento geral do educando com assuntos atuais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do IEE (2007), o Plantão Pedagógico como setor de apoio e suprimento ao processo de apropriação do conhecimento, organizar-se-á com uma coordenação, com um corpo de professores com um perfil cultural que possibilite um trabalho dentro das diversidades temáticas e preferencialmente da área humana. Além disso, na sua estruturação e organização, terá uma coordenação, com as vinte horas semanais distribuídas nos três turnos, e como os departamentos, deverá possuir espaço físico e infra-estrutura adequada ao seu funcionamento: computador, aparelho de som, TV, vídeo, etc. O funcionamento se dará nos horários normais de aula dando atendimento às turmas que estejam com aulas vagas por ausência de professor; desenvolvendo atividades nos três turnos de ensino do IEE, matutino, vespertino e noturno; utilizando o horário correspondente à quinta aula para atividades de planejamento, preparação de temas e reuniões de avaliação e participando do Conselho de Classe.

O prédio do IEE, localizado na Avenida Mauro Ramos há 40 anos, além de ser usado para suas atividades escolares, é também utilizado por determinadas instituições para eventos como: concursos públicos e vestibulares, sendo os fins lucrativos revertidos em benefício da escola.

A Figura 1 apresenta o organograma da estrutura geral da instituição, sendo que o que se refere à parte física compreende a instituição desde sua construção na década de 1960 e algumas entidades participativas já são vinculadas à instituição desde a década de 1970.

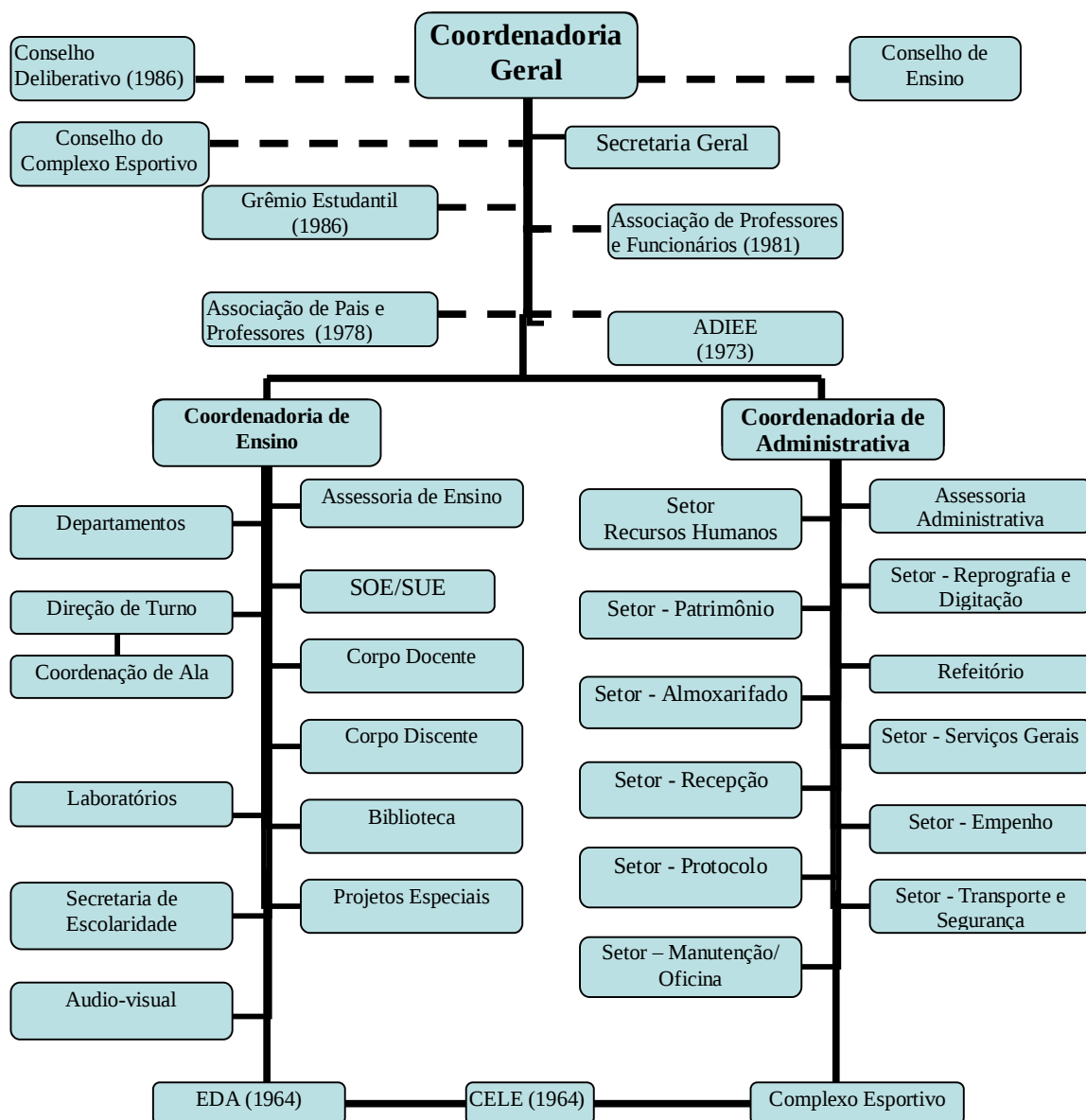


Figura 1. Organograma da estrutura geral do IEE

Na observação do organograma, os professores participavam de duas associações que são a APP (Associação de Pais e Professores) e a APF (Associação de Professores e Funcionários) sinalizando uma presença importante na estrutura organizacional da instituição.

Devido a seu tamanho e complexidade o Instituto Estadual de Educação utiliza-se de órgãos colegiados que proporcionam uma melhor administração e

representam um apoio para obtenção de objetivos. Estes órgãos são o Conselho Deliberativo Escolar e o Conselho de Ensino.

Segundo o Plano Político Pedagógico (PPP) do Instituto Estadual de Educação (2007), os Conselhos existentes e propostos deverão estar fundados na legislação vigente e com o objetivo único de órgão com funções consultivas, deliberativas e normativas.

Além desses órgãos que contribuem para a administração do IEE, o mesmo conta com a presença das instituições vinculadas que compreendem a associação de pais e professores (APP), a associação de professores e funcionários (APF), o grêmio estudantil (GE) e a associação desportiva do IEE (ADIEE).

De acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP) do IEE, finalizado em 2007, por se tratarem de instituições que utilizam espaços, nome e profissionais do IEE, na grande maioria, as instituições, respeitadas as normas internas que as regem, deverão apresentar, trimestralmente, à Coordenação Geral, relatório consubstanciado das verbas recebidas bem como as suas destinações.

Da mesma forma, quando os espaços físicos que compõem o IEE forem alugados pelas instituições vinculadas, as mesmas devem comunicar ao Coordenador Geral, sendo que os recursos obtidos com estes fins devem ser investidos no próprio local alugado com a função de melhoria.

1.3. Órgãos colegiados

1.3.1. O Conselho Deliberativo Escolar

O Conselho Deliberativo Escolar é um espaço fundamental para o processo de ampliação da participação e democratização da escola pública, pois além de ser um canal de participação é um instrumento de gestão da própria escola. Por meio dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da instituição.

Em julho de 1986, o Conselho Deliberativo Escolar (CDE) foi implantado nas escolas estaduais de Santa Catarina pelo governo de Espiridião Amin, sancionado pelo Decreto 29.790. Seu período de vida foi curto, pois no governo de Pedro Ivo

Campos o CDE foi extinto por meio do Decreto 911, de 19 de novembro de 1987, e substituído por um Conselho Comunitário Escolar.

Por conseguinte, na década de 1990, o CDE foi regulamentado em todo o Estado de Santa Catarina pelo decreto nº 3.429, de 08 de dezembro de 1998. Este Conselho é um Órgão Colegiado de caráter consultivo, normativo e avaliativo que está vinculado ao corpo diretivo das Unidades Escolares de Educação Básica da Rede Pública Estadual. A eleição dos membros do Conselho ocorre a cada dois anos e tem como representantes todos os segmentos da comunidade escolar com uma proporção de 50% (cinquenta por cento) ao segmento pais/alunos e 50% (cinquenta por cento) ao segmento magistério/servidores. Sua atuação permeia assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar, constituindo-se em agente de participação da gestão democrática. Ao Conselho Deliberativo Escolar também compete a elaboração de seu Regimento Interno que deverá estar de acordo com a legislação e normas vigentes.

A decisão de criar os Conselhos Deliberativos nas Escolas da rede estadual insere-se no conjunto das deliberações do Plano Estadual de Educação que dizem respeito à administração do sistema de ensino. Esta deliberação decorre, ao que parece, da consciência tanto do elevado grau de ingerência da política partidária na escolha dos ocupantes dos cargos-chave nos vários níveis do sistema de ensino, como da centralização e burocratização presentes no sistema, cujo efeito mais visível é impedir ou reduzir consideravelmente a possibilidade de participação dos educadores e da sociedade na gestão da educação pública. (LEAL e SILVA, 1988, p.31)

O Conselho Deliberativo do Instituto Estadual de Educação teve seu Regimento Interno criado somente em 26/11/2003, com base e por força da Lei nº 170, de 07 de agosto de 1988, pelo Decreto nº 3429, de 08 de dezembro de 1998 e pela portaria 008, de 27 de maio de 1999.

De acordo com seu Estatuto, o Conselho do IEE tem por objetivos:

“a) analisar e exarar parecer conclusivo sobre o planejamento e a execução das ações administrativas e financeiras da Unidade Escolar, em conformidade com legislação pertinente;

b) servir como canal de articulação entre a Comunidade Educacional e os órgãos diretivos do Instituto Estadual de Educação, bem como representar os diversos segmentos da Comunidade Escolar (pais, alunos, professores e servidores);

c) garantir a ação democrática na educação pública, materializando o processo educacional;

d) garantir a segurança e a confiabilidade dos atos e procedimentos pedagógicos e dos atos relativos à vida escolar, na dimensão educativa, administrativa, contábil e financeira, de forma a permitir a eficácia da participação da Comunidade Escolar e extra-escolar;

e) participar e atuar na proposição e elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, inclusive nas suas alterações, tendo, neste caso, excepcionalmente, caráter deliberativo.” (capítulo II – Dos Objetivos – art.2º)

Este Conselho analisa e emite pareceres (natureza consultiva) para suprimir dúvidas relacionadas às ações pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição, produzindo, dessa forma, a transparência das ações públicas e tendo por parâmetro o direito público. Além disso, propõe alternativas para solucionar os processos educativos e o trabalho da escola.

Decide quanto às ações que são desenvolvidas no IEE, respeitando as legislações em vigor (natureza deliberativa). Organiza e supervisiona os processos avaliativos da Unidade Escolar nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro (natureza avaliativa) e também coordena e supervisiona o Projeto Político Pedagógico, além de ter elaborado o seu Regimento Interno (natureza normativa).

Sua composição é paritária: 50% de pais e alunos e 50% de profissionais da escola: funcionários, professores e especialistas. É formado pelo Diretor Geral (membro nato), cinco representantes dos professores e especialistas, cinco representantes dos pais, cinco representantes dos alunos a partir da 5ª série, regularmente matriculados e frequentes às aulas, e cinco funcionários. Em cada segmento haverá dois suplentes.

De acordo com o seu regimento, as reuniões devem acontecer uma vez por mês, exceto nos períodos de férias e recesso escolar mediante convocação do presidente. As deliberações do Conselho são registradas em ata e se tornam públicas no âmbito da Comunidade Escolar.

Segundo o Regimento Interno do Conselho, as eleições acontecerão no mês de setembro dos anos ímpares e o mandato de cada membro será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução. Sendo que o Conselho Deliberativo escolherá entre seus membros, que são os Conselheiros: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário.

Dentre as competências exercidas pelo Conselho Deliberativo Escolar do IEE estão a articulação com outros Conselhos Escolares com o objetivo de criar

mecanismos de acompanhamento e execução das políticas educacionais e planos de desenvolvimento da educação e a requisição às entidades vinculadas para que encaminhem “relatórios trimestrais sobre suas ações educativas no âmbito da escola, bem como balancetes mensais e anuais, relativos às suas finanças.”

1.3.2. O Conselho de Ensino

É um órgão consultivo da Coordenação Geral⁵ utilizado para o estudo e resolução de questões didático-pedagógicas, ou seja, não há participação de funcionários, pais e alunos por tratar de questões referentes ao pedagógico. O Conselho de Ensino deve reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês durante o período letivo, ou extraordinariamente quando convocado pela Coordenação Geral ou por sua maioria absoluta de membros.

Fazem parte de sua composição os seguintes membros: Coordenador Geral, Coordenador de Ensino, Responsável pela Escola de Aplicação e Chefes de Departamentos⁶.

O Coordenador Geral é quem preside o Conselho em reuniões em que o comparecimento dos membros é obrigatório.

Segundo o PPP (2007), a forma de decisão é feita por maioria simples, em reuniões das quais participarem, pelo menos, metade mais um de seus membros, em caso de empate, o Coordenador Geral terá voto de qualidade. É da competência do Conselho de Ensino:

- i. Assessorar a Coordenação Geral e de Ensino no estudo e solução de questões didático-pedagógicas;
- ii. Constituir comissões para aprofundar estudos sobre questões didático-pedagógicas;
- iii. Participar da elaboração do planejamento curricular do IEE;

⁵ Esta é a nomenclatura utilizada para o termo direção geral no Instituto Estadual de Educação.

⁶ Desde a década de 1980, cada Departamento é dirigido por um chefe, escolhido em eleição direta e por voto secreto, entre os seus membros efetivos do Departamento, devendo o mandato do chefe ser de 02 (dois) anos, admitida a recondução por mais um período. Os Departamentos reúnem-se de acordo com o previsto no calendário escolar, durante o ano letivo e extraordinariamente quando convocado pela Coordenação Geral e de Ensino, a pedido das chefias de Departamento ou interesses administrativo-pedagógicos.

- iv. Propor a realização de cursos, conferências e outras atividades que objetivem o aprimoramento Pedagógico ou Cultural dos professores, especialistas, funcionários e alunos do IEE;
- v. Emitir parecer sobre proposições ou representações dos departamentos e serviços didático-pedagógicos;
- vi. Manifestar-se sobre os temas educacionais que, direta ou indiretamente, tenham interface com o projeto do IEE;
- vii. Discutir e articular propostas de pesquisa e prática, operacionalizando a sistemática de trabalho conjunto entre professores e serviços especializados;
- viii. Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Ensino.

1.4. Instituições vinculadas

1.4.1. A Associação de Pais e Professores (APP)

A Associação de Pais e Professores do IEE foi fundada em 08 de junho de 1978. É uma instituição sem fins econômicos, beneficente de duração, indeterminada, com personalidade jurídica de direito privado e completamente desvinculada de qualquer órgão público, nos termos do decreto estadual nº 31.113, de 18 de dezembro de 1986, com amparo no inciso XVIII do artigo 5 da Constituição Federal, declarada de Utilidade Pública Municipal LEI nº 1091/72. a Associação é regida por estatuto próprio.

Esta é uma instituição auxiliar da escola que tem por finalidade colaborar com o processo educacional, assistindo ao educando e integrando família e escola. Seus objetivos são sociais e educativos. A mesma tem como proposta de acordo com seu estatuto:

“a) Estimular a transformação da Escola em Centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário, aprimorando-o como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com Órgãos do Poder Público e outras entidades.

b) Promover a aproximação e cooperação entre pais e professores de modo a interessar os membros da Comunidade pelas atividades comunitárias.

c) Motivar a Direção do Estabelecimento na promoção e funcionamento de recursos comunitários, inclusive quanto à orientação pré-escolar, bem como zelar pelos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente na Unidade Escolar, referentes à Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

d) Promover atividades culturais como: palestras, reuniões, seminários, grupos de estudos, exposições, projeção de filmes, campanhas e todas as demais que não sejam privativas da escola ou de outras entidades.

e) Cooperar na solução de problemas inerentes à vida escolar, dentro da harmonia que deve orientar a convivência entre pais, responsáveis legais, professores e alunos.

f) Cooperar na conservação do prédio e equipamentos escolares.

g) Zelar pela efetivação dos preceitos legais educativos na Unidade Escolar.

h) Propiciar à Direção da Unidade Escolar, meios de aprimorar as condições de trabalho e ensino, dentro de suas atribuições legais e possibilidades.” (Estatuto da Associação de Pais e Professores do Instituto Estadual de Educação –seção II – artigo 4º)

Os meios e recursos para atender aos objetivos da APP/IEE ⁷ são obtidos através de contribuição dos associados, convênios, subvenções diversas, doações, promoções diversas, Centro de Línguas Estrangeiras – CELE, taxas escolares, aluguéis diversos entre outros. A aplicação dos recursos financeiros deverá constar do Plano Anual de Trabalho da Associação.

É a própria APP/IEE que contrata os noventa funcionários que trabalham em serviços diversos como merendeira e servente dentro da instituição. Esses funcionários são seletistas e têm carteira de trabalho assinada recebendo de forma adequada, de acordo com a CLT (consolidação das Leis Trabalhistas). Além disso, todos os seus direitos trabalhistas são respeitados como férias, décimo terceiro, vale transporte entre outros. A verba para o pagamento desses funcionários vem da Secretaria da Educação que contrata-os por meio da APP para não criar vínculo empregatício. A prestação de contas da APP/IEE é mensal e feita por um contador contratado pela Associação em vista da grande quantidade de funcionários.

⁷ Esta sigla será utilizada para expressar o termo Associação de Pais e Professores do Instituto Estadual de Educação.

Ainda de acordo com o Estatuto da APP/IEE (1978), cabe à Associação a administração direta ou indireta da cantina escolar e outros órgãos existentes na escola, geradores de recursos financeiros.

Além disso, a APP/IEE conta com um Conselho Deliberativo próprio que administra a Associação juntamente com os seguintes órgãos: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Dentre as várias funções administrativas do Conselho Deliberativo da APP estão a aprovação do Plano Anual de Trabalho e do Plano de Aplicação de Recursos; a realização de estudos e emissão de pareceres sobre questões omissas no Estatuto; o exame e aprovação de balancetes trimestrais, bem como a função de submeter a Assembléia Geral se assim entender. As decisões do Conselho só terão validade se forem aprovadas por maioria absoluta (1ª convocação) ou maioria simples (2ª convocação) de seus membros.

Dentro desta perspectiva, sua diretoria se renova a cada biênio, tendo por composição: presidente, vice-presidente, secretário e diretores administrativo e financeiro, de assuntos pedagógicos, de assuntos comunitários, de assuntos da Escola de Aplicação, de eventos e promoções além de diretor de relações públicas.

1.4.2. A Associação de Professores e Funcionários (APF)

Esta entidade foi fundada em 14 de dezembro de 1981, sendo uma sociedade civil, sem fins econômicos e uma associação cultural, social e desportiva. Tem por finalidade o conagraçamento dos segmentos que a compõe. Professores e funcionários atuam no mesmo espaço, com funções distintas, porém, com objetivos comuns.

Nesta perspectiva, a Associação de Professores e Funcionários tem, de acordo com seu Estatuto, dentre outras finalidades: promover o entrosamento entre professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades socioeducativas, culturais e desportivas; gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião com os Associados; além da criação de programas e projetos relacionados à melhoria e atenção aos associados.

Para participar da associação do IEE é necessário fazer parte do quadro de pessoal da instituição e a admissão será feita de acordo com a forma estabelecida no Estatuto da APF.

Sua administração é composta por Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal, sendo que os dois últimos têm mandato de dois (02) anos. Apresenta uma diretoria constituída por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros.

A constituição das receitas da Associação se faz mediante as mensalidades dos associados; contribuições, subvenções e donativos de terceiros; além das rendas das atividades sociais. Por sua vez, as despesas são efetuadas em promoções assistenciais, sociais e culturais, artísticas e esportivas promovidas com o intuito de atender ao associado; aquisição de bens; aquisição de material para manutenção da Associação dentre outras despesas eventuais.

Segundo seu Estatuto (2008), a Associação pode organizar-se em unidades de prestação de serviço, dessa forma mantém dentro do pátio do IEE um salão de beleza que presta serviços por valores mais acessíveis e uma sala de artes, onde são produzidas telas de quadros pintados para venda. Nesse espaço, também são feitas exposições de bijouterias que também são vendidas no local.

1.4.3. O Grêmio Estudantil (GE)

O Grêmio Geral do Instituto Estadual de Educação, Grêmio Livre Estudantil Edson Luiz, foi fundado no dia 12 de outubro de 1986 com sede no estabelecimento de ensino.

As atividades do Grêmio Estudantil desta instituição são regidas por um estatuto, criado na data de sua fundação, 12 de outubro de 1986, que apresenta disposições em capítulos relacionadas à sua sede, seu foro e seus objetivos, à constituição de seus membros, do seu patrimônio, ao seu órgão de administração, às eleições para a diretoria do Grêmio e às disposições finais, gerais e transitórias.

No que se refere a seus objetivos, o Grêmio Estudantil tem por finalidade de acordo com seu Estatuto (1986):

“I - Zelar pelos direitos, interesses e aspirações de seus membros;

II – Congregar os alunos, independente de suas convicções político-partidárias, religiosas, dentre outras; sem distinção de etnia, sexo ou nacionalidade;

II – Representar os estudantes nos fóruns deliberativos deste estabelecimento, para efeito de participação e colaboração na melhoria das condições gerais do Instituto Estadual de Educação;

IV – Incentivar à prática e aos estudos nas áreas: Cultural, científica, políticas, sociais, econômicas, artísticas, literárias, esportivas e didático-pedagógicas.” (capítulo I – Da sede, do foro e dos objetivos – artigo 02)

Com relação à constituição de seus membros, todos os alunos regularmente matriculados neste estabelecimento tem o direito de ser membro deste GE⁸ participando das reuniões, conselhos, comissões, promoções, eleições e outras atividades.

Sua diretoria é composta por: presidente, vice-presidente, secretários geral e adjunto, coordenador e assessor econômico, coordenador e assessor do CRT (Conselho de Representantes de Turma), coordenador e assessor de comissões, diretor político, diretores de Ensino de Primeiro Grau e de Segundo Grau, diretores de imprensa e de divulgação, diretor ecológico, diretor de relações públicas, diretor artístico cultural e diretor de esportes.

O patrimônio do GE do IEE constitui-se de bens móveis, contribuições, receitas, verbas e rendimentos gerais. Os fundos do GE serão mantidos em depósitos bancários em nome do Grêmio e poderão ser utilizados mediante aprovação da Diretoria.

Seus órgãos de administração são constituídos por: Assembléia Geral dos Alunos (A.G.A.), que é o órgão máximo como estância deliberativa da entidade; Conselho de Representantes de Turma (C.R.T.), que são representados por dois alunos eleitos em cada sala; Diretoria do Grêmio (D.G.), que tem por função administrá-lo promovendo a união de seus membros, e as Comissões Extraordinárias, que são de caráter eventual, tendo por finalidade auxiliar na administração do Grêmio Estudantil.

As eleições para a Diretoria do Grêmio acontecem todos os anos, pois os mandatos da Diretoria são de um (01) ano, sendo permitida a reeleição total ou parcial da Diretoria vigente. Todos os membros do GE matriculados a partir das

⁸ A sigla GE será utilizada para expressar o termo Grêmio Estudantil.

quintas séries do Ensino Fundamental terão direito ao voto ou a participar de chapas. A votação será por voto vinculado e serão considerados eleitos os candidatos cuja chapa obtiver o maior número de votos. O voto será secreto, direto e por urna.

Por fim, as Disposições Finais, Gerais e Transitórias do estatuto tratam sobre o exercício das funções da Diretoria que não são remuneradas e, também, não podendo seus diretores usufruir de vantagens ou bonificações.

A primeira Assembléia Geral Estatutária do GE do IEE aconteceu somente em 19/03/2003 no Ginásio Rozendo Lima no Instituto Estadual de Educação. Seu objetivo era a aprovação do novo estatuto do GE. Foram convidados, além dos estudantes, a direção da escola, autoridades políticas locais, como o Secretário Estadual de Educação Jacó Anderle, e representantes da União Brasileira de Secundaristas (UBES).

Em virtude dos fatos mencionados, com relação ao GE do IEE, torna-se importante ressaltar que não encontramos fontes sobre o período pesquisado, o que dificultou nossa análise.

1.4.4. A Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação (ADIEE)

A Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação é regida por estatuto próprio e foi fundada no dia 11 de janeiro de 1973.

A ADIEE⁹ tem como objetivo maior o fomento das atividades desportivas, preferencialmente, voltadas aos alunos do Instituto Estadual de Educação, haja vista que se responsabiliza pela participação do IEE em competições escolares, assim como as promovidas pelas Federações e Confederações.

Sua administração conta com a participação dos poderes diretivos da Assembléia Geral, da Presidência, da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral reúne-se ordinariamente de quatro em quatro anos para eleição do Conselho Deliberativo e reúne-se extraordinariamente sempre que for

⁹ Essa sigla será utilizada para expressar o termo Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação.

necessário mediante convocação do presidente ao presidente do Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo é o órgão de manifestação coletiva dos associados. Este Conselho se reúne ordinariamente em fevereiro para aprovar a proposta orçamentária do ano e na segunda quinzena do mês de abril para deliberar sobre o relatório Técnico Administrativo e Financeiro da Diretoria e apresentar o parecer do Conselho Fiscal ou extraordinariamente quando necessário por convocação do presidente, por solicitação da diretoria ou do Conselho Fiscal.

Esta Associação apresenta autonomia administrativa quanto a sua organização e funcionamento. Sua diretoria é composta por presidente, vice-presidente, secretário geral, orador, diretor geral de esportes, diretor social e cultural e administrador geral.

As fontes de recursos da ADIEE compreendem as mensalidades pagas pelos associados, taxas de participação de eventos esportivos e/ou culturais, renda de torneios, campeonatos ou jogos promovidos pela própria Associação, subvenções e auxílios concedidos pelos Poderes Públicos ou Entidades da administração indireta, rendas eventuais de patrocínios, promoções, direitos de TV, merchandising e marketing nos eventos da ADIEE.

Suas despesas se referem a pagamentos de taxas, impostos, aluguéis e salários de empregados e outras pessoas necessárias à manutenção da Associação. Além disso, custeia campeonatos, torneios ou jogos organizados pela Associação. Todas essas despesas são pagas mediante a autorização do Presidente da ADIEE.

CAPÍTULO II

2. Em busca da participação: uma nova realidade

Este capítulo procura estabelecer um diálogo entre processo eletivo democrático com a organização e deflagração das greves docentes. Torna-se importante ressaltar que nem todo processo eletivo conduz, invariavelmente, a novos contextos de participação. A relação estabelecida nesta pesquisa entre eleições e greves se pauta nos processos de participação que aconteceram nesses momentos específicos, mas um não é condicionante do outro.

2.1. Os momentos de eleição

Na década 1980, os Novos Movimentos Sociais que surgiram no Brasil ajudaram a criar uma “nova mentalidade, uma nova cultura política” que reagia contra o autoritarismo, a repressão política, as formas centralizadoras do poder e ao modelo econômico adotado no país. A sociedade amadureceu e se conscientizou de que poderia participar e influir diretamente em diversos espaços e na área da educação e na gestão das escolas públicas. Dessa forma, alguns Estados do Brasil começaram a escolher pelo voto direto seus representantes no cargo de diretores de escolas.

Neste sentido, torna-se necessário ressaltar que, segundo PARO (1996), existem três modalidades de escolha de diretor com características básicas, mas passíveis de variações. São as três seguintes categorias: a nomeação, que consiste na livre nomeação por autoridade do Estado, sem outros requisitos que não a vontade do agente que indica, na hierarquia governamental ou burocrática do próprio Estado; o concurso de títulos e provas, em que o provimento do cargo de diretor acontece por meio de concurso público; e a eleição, em que se incluem todas as variações de manifestação da vontade da comunidade escolar (educadores, funcionários em geral, alunos e pais) seja mediante voto direto, representação, pela escolha uninominal ou pela escolha de listas plurinominais.

A escolha para o cargo de direção a partir de eleição direta em escolas públicas de Santa Catarina teve início na década de 1980. Até então, a

administração escolar era estigmatizada pela escolha para a função de diretor por nomeação que obedecia a critérios casuísticos de política partidária por meio dos cargos de confiança. Particularmente em Santa Catarina apenas esses dois processos de escolha foram utilizados.

Segundo LEAL e SILVA (1988), as décadas de 1960 e 1970 foram determinantes para a participação dos professores no processo educacional. Nesse período, a política educacional do Estado de Santa Catarina era proveniente da subordinação ao projeto de desenvolvimento econômico. A educação tinha sua função vinculada ao setor produtivo, colaborando, dessa forma, na reprodução e qualificação da força de trabalho. Neste intuito, contribuía também para o fortalecimento de um Estado autoritário e centralizador. Em consequência dessa política, as escolas descaracterizaram-se, as decisões produzidas nos níveis centrais eram impostas de cima para baixo sem um compromisso dos educadores que atuavam nas instituições de ensino. Além disso, a autonomia das escolas desapareceu, pois passaram a ser percebidas como órgãos executores de determinações produzidas por outras instâncias que estavam fora da instituição, mas pelas quais eram subordinadas.

Se inserindo nessa resistência ao Estado centralizador, os educadores de Santa Catarina, de acordo com LEAL e SILVA (1988), iniciaram, em 1980, uma luta para conquistar a participação nas instâncias educacionais. Nesse ano, 6.000 professores da rede estadual de ensino entraram em greve. O protesto era contra o não-atendimento das reivindicações da classe por parte do governo.

Em 1980, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), que foi fundada em 1966 com o objetivo de organizar a luta da categoria e garantir as conquistas de novos direitos, fez a primeira greve de entidade sindical no Estado e a segunda da categoria no Brasil. Foram doze dias de paralisação. Por conseguinte em 1981 e 1982, a entidade promoveu dois encontros estaduais de professores a fim de discutir e elaborar as propostas relativas à questão educacional catarinense.

O País e o Estado passavam, em 1982, por um período de grande movimentação política que eram as campanhas eleitorais para o Senado, Câmaras Municipais, Federal e Assembleias Estaduais. Os discursos políticos de campanha priorizavam a Educação. Dentre os candidatos ao governo do Estado de Santa Catarina estava Espiridião Amin Helou Filho que prometia “abraçar” a causa do magistério e tratar os problemas da educação em sua “Carta aos Catarinenses”.

Quando Espiridião Amin estava recém-empossado, em 1983, o professorado percebeu o descaso do governo frente às reivindicações da categoria. Desta forma, houve no mês de maio uma paralisação dos professores que durou quinze dias. O governo foi insensível às solicitações dos grevistas permanecendo irredutível e passando a aplicar punições como: diminuição dos salários do mês de maio, suspensão de professores, dentre outros. Mesmo assim, uma conquista aconteceu: a garantia dada pelo governo da formação de uma comissão com a participação dos educadores para a elaboração do Plano Estadual de Educação (1985/1988), do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira.

De acordo com DAROS, o movimento dos professores em busca de maior participação na política educacional do Estado constituiu-se em sujeito coletivo,

Na interlocução com o Estado através dos governos do período, Espiridião Amin (1983-1987) e Pedro Ivo (1987-1991), o movimento de professores publiciza-se enquanto sujeito coletivo, constituindo-se nas tentativas de negociação para fazer valer seus interesses e direitos e para pressionar o Estado a assumir responsabilidade com a educação pública. O reconhecimento enquanto sujeito coletivo dava-se no processo de embates e conflitos em que os professores lutavam para estabelecer relações mais democráticas no plano de relações de trabalho, das relações com o Estado e, também, no plano de cidadania política. Sua ação coletiva caracterizou-se por questionar padrões de prática política orientada pelo clientelismo político presente em Santa Catarina, como era o caso da indicação de diretores de escola. (DAROS, 1989, p.142 e 143)

Neste momento, a discussão sobre a eleição de diretor era prioritária para o movimento de professores, pois para exercer com eficiência política essa função era necessário um administrador eleito democraticamente. PARO assinala que,

À medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõe a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor da escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade. (PARO, 1996, p.26-27)

Nesta perspectiva, o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação 1985-1988 foi marcado pela participação de 1,5 milhão de pessoas que articulavam um conjunto de propostas/reivindicações para todo o sistema de ensino catarinense. Evidencia AMORIM (1985) que o Plano se caracteriza pelo enorme peso de sua representatividade, de sua legitimidade, impossíveis de serem encontrados nos Planos anteriores, todos oriundos de comissões fechadas, de 'alto nível', representativas apenas dos segmentos detentores do poder.

LEAL e SILVA (1988) afirmam que a sociedade e em especial os educadores colocaram muitas esperanças no Plano Estadual de Educação, porém desconfiavam das intenções do governo em promover sua implantação e das propostas de participação feitas pelo mesmo. Ainda, segundo as autoras,

A morosidade, a protelação, a tomada de decisões que desconsideravam princípios e deliberações fixadas no Plano foram estratégias adotadas pela Secretaria da Educação. Por outro lado, um evento desse tipo e proporções oferecia enormes possibilidades de promoção pública, logo aproveitadas pelo governo, que se apossou do elaborado pela população, angariando dividendos políticos e decidindo sozinho o que iria ser aplicado. (LEAL e SILVA, 1988, p.27)

Aos poucos as esperanças criadas em torno da elaboração do Plano se transformaram em frustrações. Somente dois projetos de lei foram encaminhados e aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo governador no final de 1985, quatorze meses após a última etapa de elaboração do Plano Estadual de Educação. Os projetos de lei foram:

-Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985, “que institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores das escolas públicas”;

-Lei nº 6.774, de 23 de dezembro de 1985, “que dispõe sobre a avaliação do Ensino de 1º grau do Estado de Santa Catarina”.

No contexto nacional, Santa Catarina juntamente com o Distrito Federal e os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, assim como o município de Goiânia contam com as primeiras experiências de eleição para escolha de diretores datadas do início a meados da década de 1980.

A Lei 6.709 foi uma conquista inegável da comunidade escolar via Plano Estadual de Educação. Ainda de acordo com LEAL e SILVA (1988), na década de 1980, 80% dos diretores, em Santa Catarina, ingressaram na função administrativa por indicação política, representando nas escolas os interesses dos estratos superiores. Nesse sentido, o diretor escolar permanecia no cargo enquanto servisse como cabo eleitoral.

Nesta perspectiva, relatamos a seguir alguns aspectos referentes à instituição de eleições diretas para diretores de escolas apresentados por LEAL e SILVA (1988):

a) Esta foi uma medida de descentralização do poder e significou uma ruptura com práticas clientelísticas, de atendimento a interesses partidários;

b) Cada unidade escolar tem a oportunidade de decidir quem será o diretor da escola. Isto é efetivamente uma medida democratizadora;

c) Os próprios interessados decidirão os rumos a imprimir na ação da escola.

d) Em tese, também os diretores se elegem a partir de uma proposta de trabalho que, sendo do conhecimento da comunidade, poderá ser por esta acompanhada e, se for o caso, exigido o seu cumprimento;

e) Este processo instaura no interior da escola novas relações à medida que a escola conseguir desenvolver um efetivo processo de participação.

2.2. A escolha de diretor por voto direto

À medida que a sociedade se democratiza torna-se necessário democratizar as instituições que compõem essa sociedade. Essa democratização significa que a participação política fundamentada na escolha de nossos representantes por meio de eleição para cargos políticos, também deve ser ampliada para outras instâncias do corpo social que são as escolas. Faz-se necessário desenvolver na sociedade mecanismos para levar o Estado a agir de acordo com os interesses dos cidadãos.

De acordo com PARO (1996), a participação dos indivíduos nos organismos da sociedade civil apresenta dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito ao envolvimento que o indivíduo tem com outros sujeitos, desenvolvendo, assim, a sua cidadania. E o segundo está relacionado à intervenção do indivíduo com suas opiniões e explicitação de seus interesses, influenciando, dessa forma, nas decisões de órgãos e instâncias do aparelho estatal, no caso a escola, contribuindo para realizar o controle democrático do Estado no intuito de que esta atue de acordo com os interesses da comunidade escolar.

Por sua vez, a eleição direta para o cargo de diretor é um instrumento de democracia e não deve ser considerada a única garantia de democratização da escola. PARO (1996) afirma que a eleição de diretores não pode ser tomada como uma panacéia que resolverá todos os problemas da escola e muito menos, em particular, os de natureza política. Entretanto, faz-se necessário considerar as importantes contribuições que o processo de eleição traz para a democracia dentro da escola. O autor aponta que,

Nessa linha de raciocínio, a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus

interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes. (PARO, 1996, p.27)

Com relação à eleição para escolha de diretor do IEE, partindo do recorte histórico de 1985 a 1995, este processo apresentou-se duas vezes por meios democráticos (eleição interna).

2.2.1. A eleição direta de 1985: ares de democracia

A primeira eleição para escolha de diretor no IEE aconteceu, em 20 de dezembro de 1985, no governo de Espiridião Amin. O processo de escolha ao cargo de direção ocorreu em todas as escolas do Estado assegurado pela Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985, “que institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores das escolas públicas”. A escolha aconteceu por meio de eleição direta e secreta, sendo votantes todos os professores, especialistas, funcionários, pais (ou responsáveis legais) e estudantes a partir da 5ª série do Ensino Fundamental.

Anterior ao processo de eleição, um grupo de professores e funcionários do IEE pediu à professora Rosângela Moraes da Rosa, que ministrava aulas de História, que participasse como candidata ao cargo de direção no processo de eleição. Sua liderança e suas posturas na sala dos professores e na convivência com os mesmos, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, eram indicativos desta vontade. Ela aceitou o convite e concorreu, não individualmente, mas com todo o corpo diretivo, ou seja, uma chapa para que os segmentos da instituição pudessem saber em quem estavam votando. Foram feitos cartazes com as fotos de todo o corpo diretivo e houve um momento de discussão de propostas dentro da escola. O Grêmio Estudantil fez alguns debates com os candidatos. A professora Rosângela participava desses debates juntamente com seu grupo. Havia pais engajados no processo, alunos e professores.

No dia da eleição foi realmente um momento muito bonito, de preservar a boca de urna, conservar todas as normas que a comissão eleitoral tinha instituído e ao mesmo tempo foi um dia de realmente exercer o processo de democracia de ir votar e escolher esse ou aquele que seria o nosso diretor depois de um período tão grande de ditadura em que ninguém votava. Os alunos participaram ativamente, o grêmio participou ativamente e a Rosângela foi eleita até pela postura, pois ela sempre foi uma pessoa muito cristalina com relação a como ela via o IEE, como ela pretendia trabalhar no IEE e isso fez com que ela fosse a vitoriosa nesse pleito.” (professora Clénice Rodrigues Machado/ Depoimento em 31/10/2008)

Dessa forma, nesse processo democrático, embora não tivesse obtido quorum estabelecido por lei para o segmento dos pais, a professora Rosângela foi considerada eleita pelo Governo, sendo nomeada e empossada com toda a sua equipe.

Depois de um curto período de mandato, uma nova eleição, com vitória da professora Rosângela Moraes da Rosa, foi realizada no IEE em dezembro de 1986, ainda por força da Lei 6.709/85, que estabelecia que em escolas sem quorum deveria acontecer outra eleição no fim daquele ano letivo. Em função do enorme contingente eleitoral necessário para validar o resultado no IEE, visto que a instituição apresenta um número de alunos/comunidade escolar muito superior ao das outras escolas e a exigência legal de 1/3 de votos de cada segmento, novamente não houve quorum. Mesmo assim, o Governador do Estado Espiridião Amin respeitou a vontade da comunidade escolar expressa nas urnas, nomeando a professora Rosângela Moraes da Rosa como Diretora Geral.

A professora Rosângela foi eleita e substituiu o professor Orildo a quem coube fazer esse processo de transição que foi a eleição.

2.2.2. A greve de 1987 e seu desdobramento: o “Golpe da Merenda”

Na gestão da professora Rosângela, ocorreu uma grande greve dos professores e servidores públicos nos meses de maio a julho de 1987¹⁰. De acordo com o SINTE/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina), informativo nº 07 – AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO E ENCAMINHAMENTOS – 05/08/87, esta foi a terceira maior greve da categoria e a primeira conjunta com o funcionalismo. Durou 57 dias, sendo a maior do Estado de Santa Catarina.

¹⁰ Torna-se importante ressaltar que no ano de 1987, segundo relatório do SINTE/SC, em todo o Brasil vários Estados e o Distrito Federal, assim como Santa Catarina, também estavam em greve dos servidores: Brasília, Pará, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Acre, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas e Ceará.

Os motivos da greve estavam ligados ao não pagamento por parte do governo dos gatilhos¹¹ o atraso no pagamento dos servidores, além do anúncio de que o governo demitiria 20 mil funcionários.

A categoria conseguiu garantir por meio da mobilização a manutenção do gatilho, o pagamento dos atrasados e reconhecimento do Plano de Carreira. Segundo a avaliação do movimento pelo Comando Unificado Estadual, informativo nº 07 – AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO E ENCAMINHAMENTOS – 05/08/87, foi inquestionável a vitória da categoria. A primeira greve unificada e a maior realizada em Santa Catarina foi política à medida que rompeu com o autoritarismo do patrão, enfrentou a repressão organizada e se manteve por 57 dias. Consideraram que o compromisso que tinham com a comunidade foi muito grande, pois a greve foi referência para a população catarinense que apoiou os servidores públicos e fez isto porque entendeu que a luta foi justa.

Como forma de punição à greve, o governo descontou os dias parados. O governador do Estado, Pedro Ivo Campos (PMDB), vetou o Projeto de Lei de iniciativa parlamentar, que determinava a reposição dos servidores sem haver descontos. Com relação a essa decisão, o Comando Unificado dos Servidores Públicos de Santa Catarina fez a seguinte análise,

O Governo, em especial o Governador, firme na decisão de negar na prática os direitos dos servidores públicos e tentar impedir a sua organização enquanto categoria, toma mais uma atitude que caracteriza o autoritarismo, a incoerência entre discurso e prática ao vetar o projeto que evita a punição. Essa atitude respalda a imagem do Governador que vem se consolidando junto a população catarinense: Imagem de alguém intransigente, inflexível, incapaz de dialogar, portanto, indigno do cargo que está ocupando. (Documento do Comando Unificado dos Servidores Públicos de Santa Catarina, 1987)

Este período foi marcado por grandes conflitos entre a categoria dos servidores e o governo do Estado. Neste clima de embate, o IEE fica vazio, pois a maioria dos professores e funcionários aderem à greve e têm o apoio da direção. São constantes as reuniões do Comando de Greve dos Servidores nas dependências do Instituto, o que desagrade às autoridades do governo. Estas

¹¹ O gatilho salarial foi a implementação da Escala Móvel de Salários com a correção automática dos salários sempre que a inflação acumulada ultrapassasse 20%. Resultou do Plano Cruzado que foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986 por Dilson Funaro, ministro da Fazenda do governo do presidente José Sarney. O plano mudou a moeda do Brasil de Cruzeiro para o Cruzado e posteriormente para Cruzado Novo, congelou os preços e salários e criou o gatilho salarial.

pediram que a então diretora mandasse à Secretaria Estadual de Educação as faltas dos professores que aderiram à greve para que fossem descontados os seus salários, mas a mesma não as mandou, pois mantinha-se fiel ao propósito de não enviar as faltas dos grevistas para a Secretaria, em respeito a decisão tomada em reunião com outros diretores de escola no auditório do IEE em junho de 1987. Segundo a ata da reunião extraordinária dos diretores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, os mesmos se reuniram para debater sobre o quadro educacional do Estado e chegaram às seguintes conclusões,

a) que a paralisação dos professores das Escolas Estaduais é justa e legítima, na medida em que lutam por manter direitos legais já adquiridos (gatilho salarial e plano de carreira) (; (b) que a inflação até outubro deve atingir 207%, a manter-se nos índices de 20% ao mês; (c) que os professores estão fazendo falta nas escolas; (d) solicitar ao governo que abra canais de negociação, visando pôr fim à paralisação; (e) não encaminhar qualquer relação de nomes dos que faltaram ao serviço durante paralisação.

A reunião dos diretores da rede estadual de ensino contou com a presença de deputados como: Irai Zílio (líder do PMDB), Gilson dos Santos (líder do PDS), Júlio Garcia (líder do PFL), Francisco Mastella (líder do PDC), Vânio de Oliveira (PFL), Ivan Ranzolin (PDS), da presidente regional do PMDB, Anita Pires, e do Secretário da Educação, Sílvio Shiecikovski. Nesta reunião ficou decidido que os diretores enviariam aos líderes políticos um manifesto que segue abaixo na íntegra,

MANIFESTO DOS DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA CATARINA

“Os Diretores das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, eleitos de fato e de direito pelas comunidades catarinenses, preocupados com a forma com que estão sendo tratados os assuntos pertinentes à Educação, bem como o não cumprimento das leis que regem o Magistério Público Estadual, reunidos em Assembléia dia 04-06-87, às 09 horas no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, solicitam o empenho do Poder Público para o que segue:

1- Agilização dos entendimentos entre as Entidades de Classe e o Governo do Estado, tendo em vista os prejuízos para o ensino, que decorreriam de uma paralisação prolongada.

2 – Cumprimento da legislação vigente, no que tange ao pagamento do gatilho salarial e à efetiva manutenção e execução do Plano de Carreira na sua totalidade.

3 – Não punição e/ou desconto dos dias paralisados, uma vez que o direito à greve foi uma das bandeiras defendidas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ora no poder, em toda a sua trajetória como partido de oposição.

4 – Fim de todo e qualquer tipo de pressão à Classe do Magistério e demais Funcionários Públicos.

Os Diretores eleitos, que têm cumprido com seus deveres como representantes, legítimos da Classe do Magistério, confiam que os Homens Públicos eleitos honrem os compromissos assumidos com o Povo Catarinense ocasião da campanha eleitoral.” (Florianópolis, 04 de junho de 1987)

(Assinado pela comissão de diretores presentes na escola, dentre eles a professora Rosângela Moraes da Rosa).

Anterior a eleição do dirigente escolar era praxe o diretor nomeado encaminhar listas com os nomes dos professores em greve. Esta prática passou a ser questionada pelos diretores eleitos o que acabou se tornando um confronto aberto. LEAL e SILVA analisam o Manifesto da seguinte forma,

Outro aspecto que a leitura do Manifesto e da ata da assembléia revela é a posição de mediadores que os diretores parecem assumir. Colocam-se numa clara posição de defesa dos professores e de seus direitos, na medida em que consideram suas reivindicações justas e legítimas e decidem não encaminhar, às instâncias superiores, as listas com os nomes dos professores grevistas, solicitadas pelo governo. Ao mesmo tempo, exercem pressão sobre o governo para que apresse os entendimentos com as associações, cumpra a legislação em vigor e não puna os professores em greve. (LEAL & SILVA, 1987, p.71-72)

Entretanto, a nova situação dos diretores não conseguiu dotar aos mesmos e a escola um poder de barganha frente ao Estado. As autoras concluem,

Pode-se concluir, da análise da situação dos diretores nesta questão específica da greve, que o simples fato de os diretores de escola serem eleitos rompeu com algumas práticas nefastas para as escolas – como o era a sua indicação a partir de interesses partidários-clientelísticos – mas ainda não permitiu a construção de relações novas, principalmente entre a cúpula dirigente do sistema de ensino e a sua base, de modo a substituir ou amenizar as relações de caráter estritamente burocrático, acentuadas nas últimas décadas de regime autoritário. (LEAL & SILVA, 1987, p.74)

Em vista da participação da diretora do IEE nesse documento, o Manifesto, e de seu apoio juntamente com os diretores de escola aos grevistas, o governo do Estado armou um golpe intitulado o “Golpe da Merenda” que resultou na deposição do cargo da diretora, eleita democraticamente, sob a alegação de que as merendas estavam estragadas.

O jornal O Estado nº 22.048 amanhece no dia 14 de julho com a seguinte notícia, “Vão ser queimadas as toneladas de comida no IEE” e ainda, “Nos próximos dias serão incinerados aproximadamente cinco toneladas de alimentos que haviam sido cedidos ao IEE para a utilização de merenda escolar”. O jornal Diário Catarinense, do mesmo dia, apresenta: “Secretaria encontra merenda estragada. São 3.750 quilos de cacau, arroz, feijão, soja e outros produtos que estavam no depósito do Instituto Estadual de Educação.”

Na manhã do dia 13 de julho, por volta das nove horas da manhã, um carro da secretaria da educação, com um representante, juntamente com dois carros da imprensa com repórteres de televisão e de jornais, além de fotógrafos, entraram no IEE e dirigiram-se ao depósito da merenda. O representante da secretaria da educação pediu que o diretor administrativo, o professor Jorge Barão, abrisse o depósito para que o flagrante fosse confirmado e a imprensa pudesse documentar e mostrar à sociedade catarinense o descaso com o dinheiro público: os alimentos guardados no depósito não estavam condicionados adequadamente.

Contudo, não é esta a versão de alguns professores do IEE que intitularam o caso como um golpe contra a diretora do IEE. Assim nos relata a professora Clenice Rodrigues Machado,

Quando o professor Barão abriu a porta, tinha umas duas ou três ratazanas lá dentro e uns sacos assim espalhados. Naquele momento, para nós foi de espanto, ficou todo mundo parado “mas o que está acontecendo aqui?”. Pegaram como reportagem da imprensa uma servente nossa, há participação da servente, acredito eu, na história. Ela disse “ai, como deixaram estragar, poderiam ter dado pra gente! Deixaram um monte estragar.” O momento foi de grande espanto porque se tinha uma coisa que a Rosângela, principalmente, tinha uma preocupação muito grande era com a merenda. (Depoimento em 31/10/2008)

Ainda segundo a professora Clenice, o depósito estava o tempo todo fechado nos cinquenta e poucos dias de greve, mas sempre tendo o controle de validade, tudo era muito bem cuidado,

[...] por isso é que categoricamente a gente afirma que foi um golpe muito bem preparado porque como é que o governo ia dizer “não, nós vamos tirar a Professora Rosângela porque ela apoiou a greve, porque ela participou das passeatas da greve, porque ela não está comungando com

aquilo que nós queremos que seja feito”. Eles sabiam que se fizessem isso, com a força da comunidade do IEE a escola pararia, o Instituto estaria do lado dela e como ficou realmente. Então, politicamente falando, eles não queriam correr este risco. Então, como é que eles tirariam ela dali? Até pelo próprio discurso deles que iriam aceitar a eleição dela. Eles só conseguiriam tirá-la se fosse através de algo que maculasse a imagem dela como sendo uma administradora irresponsável. (Depoimento em 31/10/2008)

Para Márcio de Souza, professor de Química do IEE no Ensino Médio de 1980 a 1995 e atual vereador em Florianópolis pelo Partido dos Trabalhadores (PT), esta foi a história da existência de merenda estragada devido ao condicionamento dos alimentos por negligência, incompetência administrativa e fez-se então a intervenção, mas nada disso foi provado até hoje.

O professor de História e diretor do IEE no ano de 1995 Adeilton Victor Bernardes relembra o episódio,

Lembro que houve uma sindicância e fiz questão de não acompanhar porque não gostava de ver o IEE naquela situação. Pessoas jogavam nomes ao vento. Armaram. Houve exagero de ambos os lados, os ânimos se exaltaram e as coisas ficaram complicadas para se fazer uma análise. Chegaram a depredar o prédio e eu não gostava de ver aquilo. (Depoimento em 12/07/2007)

Por sua vez, a assistente de direção professora Maria Clarice Medeiros também ficou em dúvida quanto a real situação acontecida no “Golpe da Merenda”,

Não sei se tudo era verdade ou se deixaram estragar a merenda de propósito, se alguém sabotou. Difícil que fosse de propósito, pois a diretora eleita era muito integrante e participativa. Não tive nada contra a direção dela e gostei. A história me chocou e achei muito esquisita. (Depoimento em 13/07/2007)

A ex-diretora Rosângela Moraes da Rosa relata o que havia acontecido no final de semana,

Eu limpava o IEE aos sábados junto com os funcionários e no sábado tinha eu e o Sr. Anísio, responsável pelos serviços gerais, limpado o pequeno depósito, localizado atrás dos bares do IEE. Na época era apenas um bar e não dois como são agora. Até cheguei em casa suja de farinha, tínhamos afastado as prateleiras das paredes, colocado telas nas janelas, que eram pequenas e no alto da parede, e varrido muito bem. As chaves do depósito ficavam, inocentemente, penduradas numa coluna no almoxarifado. Foi como tirar doce de criança, fazer uma cópia ou pegar a própria chave. Mais: o IEE tinha muros vulneráveis, vigias sem preparo, dormiam o tempo todo. Um deles foi o que ajudou. Os vigias, nesta época, eram funcionários antigos em desvio de função. Arquivar a trama deve ter sido mais difícil do que colocá-la em prática! Segunda-feira chegou às 9h da manhã, creio que mais cedo, uma equipe da Secretaria, que depois eu soube foi pinçada na hora, e rede de TV e jornais. Quando abrimos o depósito, o choque foi enorme. Alimentos espalhados, sacos rasgados, um carnaval de cremes em pó e alimentos outros. Terrível. Era a senha da exoneração!! (Depoimento em 03/11/2008)

Com o acontecimento, o IEE volta a ser manchete nos jornais no dia 15 de julho. O jornal Diário Catarinense nº 439 diz o seguinte: “Secretário demite a diretora do IEE. Decisão causou revolta entre pais, professores e alunos, que impediram a posse do substituto. A diretora do IEE, Rosângela Moraes da Rosa, foi demitida do cargo ontem pela manhã pelo Secretário de Educação Sylvio Sniecikowski, que à tarde empossou o professor Hamilton Costa Pacheco – a portas fechadas e sem esperar o resultado da sindicância sobre o estrago dos três mil e 750 quilos de merenda escolar. Às 17 horas, Pacheco foi trancado no gabinete da direção por professores, pais, alunos e comando estadual da greve, que exigiam a sua renúncia. Às 17h45min Antônio Battisti, do comando de greve dos servidores, telefonou ao secretário que, às 18h10 min., chegou ao IEE. Vinte minutos depois, Pacheco assinou um documento renunciando ao cargo e teve o visto do secretário.”

Professores, alunos, pais e funcionários não aceitaram o professor Hamilton Costa Pacheco como substituto para o cargo de diretor e o retorno do mesmo ao cargo. Como o Secretário da Educação não aceitou a exoneração do dia anterior, o IEE foi fechado por estar sem diretor.

O jornal O Estado, nº 22.050 de 16 de julho, noticia, “Policiais cercaram a frente do Instituto pela manhã e houve denúncia de violência contra os manifestantes.” Dessa forma, estavam de um lado os policiais e de outro pais, alunos, professores e funcionários tentando uma solução para o impasse. As regras de apropriação do espaço foram alteradas. Com isso o Secretário negocia a escolha da comunidade a partir de uma lista tríplice com a exceção de nomes da administração anterior. De acordo com PARO,

A utilização de lista tríplice, processo em que o pessoal escolar e os usuários escolhem três nomes para que, dentre estes, o Poder Executivo escolha aquele que ocupará o posto de diretor, é medida polêmica que ocorre principalmente em duas situações: numa com a intenção de viabilizar a democracia, noutra para coibi-la. (PARO, 1996, p.82)

Sobre a intervenção do IEE pelo Secretário de Educação Sylvio Sniecikowski o professor Márcio de Souza relata,

Essa intervenção foi uma provocação a toda a organização colocada no Instituto. O fato é que a escola repudiou enormemente o interventor não aceitando-o e fomos para o processo de negociação de uma direção por transição até que se buscasse a retomada de uma lista tríplice. Se eu não estou enganado o professor Januário foi um nome escolhido, depois foi Walmir Silva um nome que se colocou por indicação dos professores. Eu me lembro que fui à casa do professor Januário, homem respeitado por todos os segmentos, pela sua retidão e grau de profissionalismo. Este era um período em que muitos professores do Instituto Estadual de Educação

tinham atividade docente na Universidade Federal e tinham complementação de jornada ou já vinham da atividade docente no Instituto e não abriam mão disso. Vários nomes perfilarão os quadros das ciências humanas, das ciências físicas, da matemática professor Valdir Iquel, professor Januário e outros mais que davam exatamente essa respeitabilidade à escola e a necessidade de reconhecer quando ali se fez presente essa percepção. Quando esses nomes foram solicitados a participar desse processo de negociação, houve uma rendição por parte do governo que de fato estavam dialogando com uma outra realidade que não era a realidade de simples ocupação por indicação política. A escola exigia uma direção de envergadura que ali vinha se processando. (Depoimento em 16/12/2008)

A escolha do novo diretor foi feita em uma assembléia com a comunidade escolar na Assembléia Legislativa em 27 de julho. O nome escolhido para o cargo de diretor foi o do professor Walmir José da Silva, que foi empossado pelo Secretário da Educação em 28 de julho de 1987.

De acordo com o parecer dos responsáveis pela sindicância dos alimentos deteriorados, a professora Rosângela Moraes da Rosa e o professor Jorge Barão Filho já teriam sido penalizados com a perda dos cargos. O parecer 156/157 diz o seguinte: "... entendemos que para a opinião pública ficou evidente, que a Diretora do IEE foi afastada da direção, devido ao acúmulo de 5.000 Kg (cinco toneladas) de merenda escolar estragadas, conforme notícia publicada no jornal de Santa Catarina, página 20, do dia 14/07/87, e demais jornais que circulam em nossa capital." "...na realidade o prejuízo real é de 251, 4 Kg e não uma, duas ou mais toneladas." "Ante o exposto, entendemos diante dos fatos apontados, ser prematura a instalação de Processo Disciplinar...". Este documento foi assinado pelo senhor Willian Wilson Serratine e demais membros da Comissão, sendo arquivado em 27 de agosto de 1987. Neste âmbito, não houve um retorno para os segmentos do IEE do que realmente ocorreu, nem tão pouco a professora Rosângela voltou ao cargo.

O que ficou comprovado também, porque tivemos alguns processos na época, é que os lotes da merenda estragada que estavam lá, que depois o próprio jornal disse que não foram tantos, foram lotes que em nenhum momento tinham dado entrada no IEE, porque tudo isso depois acabou, a própria secretaria dizendo: "ah, vamos arquivar porque não temos prova". Aí eles usaram o argumento de que não era toda aquela quantidade, era uma quantidade menor... porque se fosse comprovado através das notas fiscais, que eu não sei se a Rosângela tem até hoje é que aqueles lotes de merenda que estavam lá deteriorados nunca tinham entrado no Instituto, que ali tinham sido colocados, propositalmente para que fosse descoberto. Não lembro se foi numa segunda-feira e tiveram o final de semana para colocar. Naquela época não existia vigilantes. Quem ficava cuidando do IEE à noite eram os serventes que eram vigias. Era o pé de chumbo, que a gente chamava assim por tão devagar que ele andava, quer dizer ele ficava num cantinho e ficava lá quieto e o outro não ouvia. Um andava pouco e o outro não ouvia, então eles revezavam, não tinha uma vigilância muito grande dentro do IEE. Ficava um por noite. Então, houve algumas

facilitações para que isso ocorresse. Tem alguns endereços, mas não se pode mandar pra esses endereços porque não se tem as provas. (professora Clenice Rodrigues Machado / Depoimento em 31/10/2008)

A partir deste desdobramento da greve, pude observar os dispositivos que procuraram dificultar a efetivação do objetivo da diretora eleita que era articular-se aos interesses dos que a elegeram. Desse modo, na lógica dos que temem o controle democrático do Estado pela sociedade civil, o diretor necessita permanecer preso aos interesses dos governantes.

Neste sentido, o governador Pedro Ivo Campos, em 1987, pede a inconstitucionalidade da Lei 6.709/85 e o Supremo Tribunal Federal aceita a argumentação do governo e declara inconstitucional o artigo 1º da Lei nº 6.709/85.

Quando todo o processo relacionado à professora Rosângela parecia ter acabado, em 1988, a mesma é removida do IEE juntamente com um grupo de professores. Por uma liminar na justiça, amparados pela inamovibilidade assegurada no Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina, Lei 6.844 de 29/7/86, retornam ao Instituto. Segundo relato da ex-diretora,

[...] em janeiro de 1988, entraram Hélio Solângio e Bernadete Piazza, que neste mesmo janeiro, elaboraram uma lista de professores e pasme! Transferia a todos (14) do IEE para escolas variadas. Eu encabeçava a lista. Um mandato de segurança nos deu liminar e fomos pegar aulas. O professor Hélio, Diretor Geral, não quis nos receber, não aceitou a liminar e nem deixou-nos entrar. Foi à rua e mandou-nos embora. Os que sobraram. A maioria desistiu do IEE, foram para outros lugares. Nós, uma meia dúzia, fomos dar queixa-crime. Conseguimos aulas. Eu dava 20 aulas, outros davam 12, 14, 16. (Depoimento em 03/11/2008)

Conforme relato do professor Márcio de Souza este foi um período de grande repressão por parte do governo dentro do IEE,

Nesse período houve um desmonte na escola. O serviço social foi fechado, alguns professores transferidos, depois dessa greve, outros eliminados, demitidos, exonerados. O serviço de orientação educacional e supervisão escolar foram severamente punidos nesse processo porque juntamente com algumas lideranças sindicais, somadas a essas outras frentes de trabalhadores do serviço público, tinham vinculação sindical com outra entidade. Mas, naquele período, as questões recebiam tratamento quase que de unidade política. Nós procurávamos o SINTESP, depois o sindicato da saúde na época, para organizar algumas pautas que fossem minimamente trabalhadas num conjunto dos trabalhadores do serviço público do Estado. Essa limpeza de campo aconteceu tanto na organização sindical quanto na intervenção da própria associação dos pais e professores que foi tomada, foi desmontada nesse processo. (Depoimento em 16/12/2008)

Neste sentido, com relação a ocupação do cargo de diretor da escola o professor Walmir José da Silva, que foi empossado em 28 de julho de 1987 pelo Secretário da Educação em vista da escolha da comunidade escolar pela lista

tríplice, permanece como diretor até o início de 1988. Logo após, Hélio Solângio é nomeado pelo governo do Estado para o cargo de diretor mantendo sua gestão por apenas um ano 1988-1989. Na sequência, Adauto Alves Rolim foi o novo nomeado permanecendo no cargo de 1989-1991.

[...] os nomes que sempre foram indicados para a direção do Instituto Estadual de Educação eram nomes que sofreram críticas, a cidade esperava quem seria o diretor do Instituto Estadual de Educação, afinal de contas governar uma cidade, talvez uma das maiores escolas do continente em continuidade na América Latina, o Instituto representa isso, uma das maiores do Brasil. Naquela época tinha uma população de quase 8 mil pessoas circulando por dia. Então tudo isso dava uma consistência política enorme para esse ou essa que ocupasse a condição de diretor da escola. Essa negociação do fim da greve de 87 se deu justamente com a indicação de uma pessoa de confiança da comunidade escolar para transitar até a possibilidade de desenvolver-se um outro processo de acordo que minimamente atendesse aos anseios da comunidade escolar. A partir desse processo abriu-se uma outra busca de ocupação dessa direção por via de processo eleitoral. (Márcio de Souza, ex-professor / Depoimento em 16/12/2008)

Mesmo com todo esse autoritarismo por parte do governo do Estado os professores continuaram se organizando com a função fundamental de estabelecer uma demarcação no campo político, na necessidade do debate sobre a direção da escola. Esse processo cria condições políticas para o grupo fazer uma ponte até a outra eleição direta dentro da legalidade que foi a de 1990.

2.2.3. A eleição de 1990: “Os ideais não envelhecem”

A segunda eleição direta para o cargo de diretor ocorreu, em 1990, no governo Vilson Kleinubing. Esse processo de eleição foi possível em todo o Estado devido a Lei nº 8.040, de 26 de julho de 1990, em atenção à democratização da escola pública anunciada na Constituição de 1988 e da Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989, que dispõe sobre as funções de direção de escolas públicas e a forma de escolha de diretores. De acordo com o artigo 4º da Lei, “Podem exercer o direito de voto, para as funções a que se refere esta Lei:

I – professores, especialistas e demais servidores em exercício na unidade escolar;

II – alunos regularmente matriculados, a partir da 5ª série do 1º grau e os do 2º grau;

III – o pai ou a mãe ou o responsável do aluno matriculado no pré-escolar e de 1ª a 4ª séries do 1º grau.”

Essa segunda eleição teve um fator diferencial, porque no processo da primeira eleição havia a formação de duas chapas com uma equipe diretiva que concorria à direção do IEE. Na segunda eleição, as pessoas concorriam individualmente, ou seja, havia a possibilidade de várias pessoas concorrerem ao mesmo cargo que eram: diretor geral, diretor de ensino e diretor administrativo. Votava-se em pessoas para cargos. Após serem eleitas para os três cargos, as pessoas se reuniram e escolheriam seus assessores.

Nesse segundo processo de eleição, novamente apoiada pelos segmentos da escola, a professora Rosângela foi eleita para a direção geral e assume, obtendo desta vez mais do que o quorum previsto na Lei 8.040/90 com um total de 83% dos votos.

Em 1990 foi um retorno incentivado pela mesma comunidade participativa das outras eleições. Ou melhor, pelo espírito cidadão, tão em moda na época: cidadania, participação, justiça, etc. As pessoas acreditavam em mim e provavam isto. O governo ajudava a minha caminhada, não é? As regras tinham suavizado mais. O quorum também. Existia a figura do adjunto. Ganhei com quorum e votos. Os adjuntos tiveram segundo turno. Formei uma equipe com os mais votados. (Rosângela, ex-diretora / Depoimento em 03/11/2008)

A professora Elisabeth Bayer foi eleita como diretora de ensino e a professora Rose como diretora administrativa por serem as mais votadas para estes cargos.

Durante a gestão da professora Rosângela foi lançado, em maio de 1991, o JORNAL VEREDAS, como mostra a Figura 2, editado pelo Departamento de Língua Portuguesa. Este jornal tinha circulação interna e o objetivo de promover matérias relacionadas ao cotidiano da escola. Além disso, apresentava entrevistas e artigos elaborados por professores, ex-professores e ex-alunos do IEE.

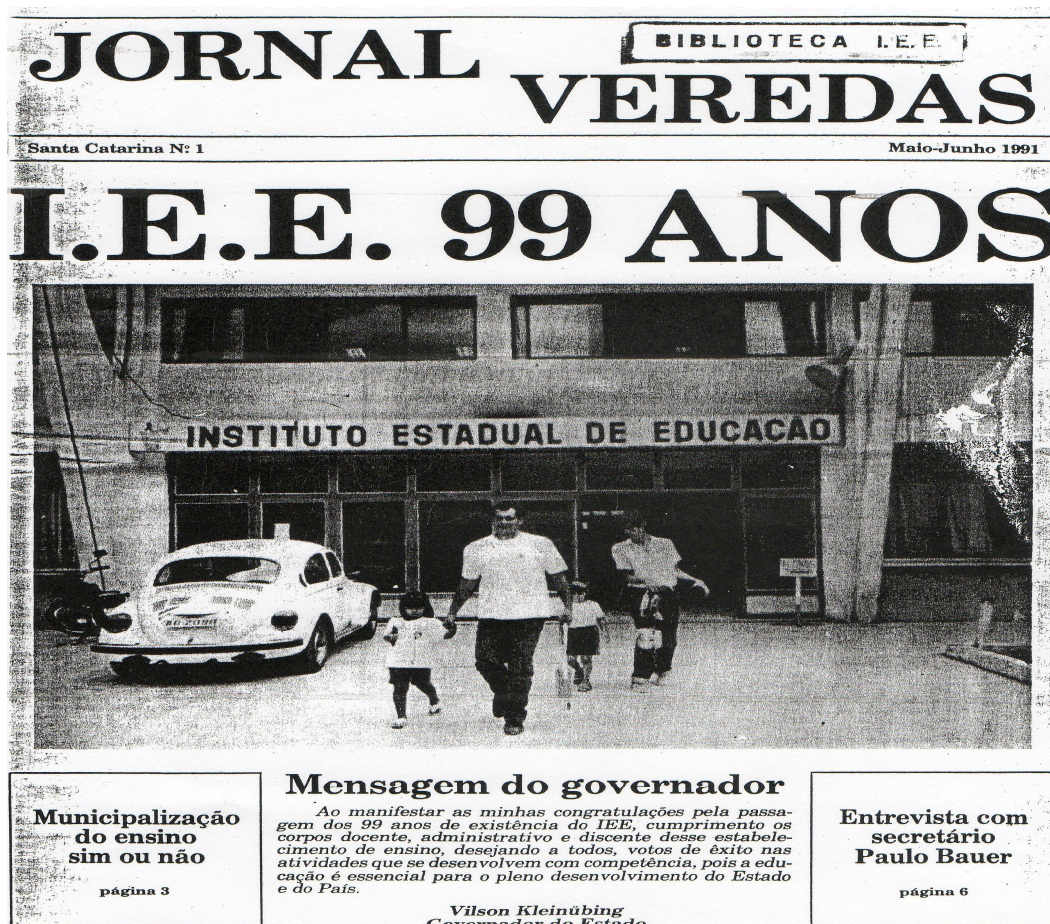


Figura 2. Capa do Jornal Veredas de maio-junho de 1991, edição nº 1.

A edição nº 1, maio-junho de 1991, página nº 3 apresenta uma entrevista com a diretora Rosângela Moraes da Rosa. Destaca duas perguntas que dizem respeito às metas e linhas pedagógicas de ação para o seu mandato:

Pergunta – Você foi eleita com uma grande margem de votos e representa a esperança de dias melhores para o IEE. Que planos estão em andamento, capazes de satisfazer os anseios da comunidade escolar?

Professora Rosângela – Há que se estabelecer metas. Uma delas é a recuperação física do prédio. Não somos adeptos do “quanto pior melhor”, para depois colocar a “culpa no governo”. A luta pela educação neste país é de todos. E quem estuda e trabalha em escola pública tem que lutar para que ela seja de excelente qualidade, em todos os sentidos.

Na parte pedagógica proporcionaremos cursos, encontros pedagógicos, espaços culturais para professores, especialistas e funcionários. E como educação escolar nunca é neutra, preservar o direito de cada um na colocação de suas idéias, fazendo o IEE assumir sua época, suas contradições, organizando-se sem deixar de considerar as relações de forças existentes. Assim sendo poderá levar o educando a compreender seu papel individual e o do grupo para poder interferir nas ações da sociedade de que faz parte. Esta postura vai ao encontro da filosofia do IEE referendada pelo Conselho de Ensino.

E ainda,

Pergunta - Você gostaria de aproveitar este espaço para explicitar que linhas pedagógicas estão sendo adotadas pela sua gestão?

Professora Rosângela – Queremos uma “política de resultados”. E estamos agindo neste sentido. A educação deve ser participativa. Para isto é preciso que todos os segmentos se organizem, tendo objetivos construtivos. Queremos uma escola onde as idéias opostas possam se manifestar, e alunos, pais e profissionais participem de maneira organizada e produtiva.

Neste contexto, na mesma página em que se apresenta a entrevista da professora Rosângela, está um artigo do professor da disciplina de Química, uma das lideranças da escola, Márcio de Souza, defendendo o direito de uma escola pública estadual.

Vamos defender a Escola Pública. Diga não à Municipalização

A prática da Municipalização não é coisa recente. No Chile, a Municipalização do Ensino, executado pelo ditador General Augusto Pinochet, logo no início do seu governo, nos serve como exemplo, para apontarmos um conjunto de prejuízos pedagógicos e sociais que esta medida, imposta por decreto, promoveu junto ao povo naquele país. Vejamos algumas: a) Como os mesmos argumentos do Governo Kleinübing – aproximar a comunidade da escola, permitindo que ela controle o serviço que utiliza (SIC) – implantou no país inúmeras redes de ensino, boladas em cada Município; b) Com a divisão do ensino nestas pequenas redes, rachou a articulação estadual e nacional, regionalizou currículos, municipalizou o corpo docente e por consequência fragmentou o saber; c) Ao longo desse processo que durou 6 anos, e baixo nível de ensino, a regionalização dos currículos – em nome do saber que preserva as “peculiaridades” da Região – terminou com a compreensão departamentalizada da realidade nacional. Cientistas observaram que ao final deste curto período – os alunos perderam a noção de identidade nacional, chegando a maioria a desconhecer, inclusive, o nome da capital do país. Além disso, somem-se que as desigualdades educacionais se acentuaram, uma vez que a grande maioria dos Municípios é pobre de recursos materiais e humanos – o que não é diferente no Brasil. Isso tudo, aumenta a dependência, dos Municípios em relação ao poder estadual e federal.

A implantação do processo de Municipalização no Chile foi gradativa. Segundo Lisete Gomes Arelaro (professora de FE/USP) foi concluído no início da década de 80. Entre 83 e 85, teve início a privatização das escolas Municipalizadas, favorecida pelo baixo nível de ensino oferecido pelos municípios. Assim sendo, desejamos iniciar o debate sobre esta proposta do Governo Kleinübing, onde a Municipalização é colocada como “Salvador da Educação”. A experiência do Chile revelou também, o prejuízo imposto pelo autoritarismo, uma vez que os trabalhadores em educação e o cidadão em geral foram excluídos das deliberações.

As preocupações são muitas. Até agora, não conseguimos ler uma única linha sobre a melhoria da qualidade do ensino. Todas as manifestações dizem respeito à ECONOMIA, à RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS. Parece-me que a grande preocupação do Governo é: “Livrar-se de mais uma tarefa social do Estado.

O artigo do professor Márcio de Souza era um chamado à comunidade do IEE ao comprometimento nas práticas de decisões da educação junto ao governo do Estado.

Ainda em 1991, um ano antes de completar cem anos, o IEE foi totalmente reformado em função de uma visita do Governador Vilson Kleinübing. Segundo a ex-diretora Rosângela Moraes da Rosa, neste ano a instituição sofreu reforma total, defendida e aplicada pelo governador Kleinübing e o Senador Amin que poderiam ter investido em mais de 10 escolas, mas preferiram operar no IEE por seus motivos. Para ela o IEE merecia esta reforma e a comunidade em geral reconheceu o investimento por parte do Estado.

A professora Rosângela Moraes da Rosa não concluiu o seu mandato como diretora porque, em 1992, assumiu outro cargo na SED (Secretaria de Educação e do Desporto) e quem assumiu foi a diretora de Ensino Elizabeth Bayer (1992 a 1994).

O Secretário da Educação Paulo Bauer convidou a professora Rosângela para trabalhar na Secretaria de Educação no cargo de diretora de ensino por causa do trabalho que a mesma estava fazendo no IEE. A secretaria não estava tendo um avanço em projetos dentro da educação e o secretário não estava conseguindo desenvolver os projetos e ações do ensino dentro da secretaria.

Ela reuniu a equipe diretiva na época, num primeiro momento, disse que tinha sido convidada que estava pensando e que iria amadurecer a idéia. O grupo que estava ficou em expectativa. Na época eu estava como secretária geral [...] Nesse momento, ela me chamou novamente e disse que iria assumir esse desafio de ser diretora de ensino da secretaria. Na época me convidou para acompanhá-la como gerente do ensino médio e que a professora Elisabeth Bayer, que era diretora de ensino, de acordo com o regimento interno da escola, tendo sido a mais votada para o cargo que ocupava, assumiria a direção geral [...] Rosângela disse ao secretário que só iria nessa condição: desde que assumisse a direção geral a professora Elisabeth Bayer. E foi o que aconteceu. (professora Clenice Rodrigues Machado / Depoimento em 31/10/2008)

Quando nos concedeu a entrevista, ao ser questionada sobre a não conclusão de seu mandato como diretora no IEE, a professora Rosângela respondeu que,

A escola era redonda. Os setores pedagógicos eram articulados com os técnicos e administrativos. Nossa segurança passou a ser profissional. A reforma nos deu dignidade, no físico e no estrutural. A Secretaria da Educação nos respeitava como escola autônoma. Pais, professores e alunos viviam a realidade da participação, do debate, da transparência. “Chefe pode sair quando a casa está arrumada”. E o IEE estava, então resolvi aceitar o desafio de aprender mais, de conhecer a realidade de outras (muitas) escolas e fui para o cargo de Diretora de Ensino Médio e

Fundamental. O IEE tinha equipe e continuou bem. Da diretoria, continuava a cuidar dos interesses maiores do IEE. Quase não precisou. O grupo cuidou muito bem da instituição. (Depoimento em 03/11/2008)

Para a ex-diretora a comunidade do IEE já havia aprendido como se participava de uma gestão democrática e, neste sentido, sua contribuição como liderança eleita democraticamente tinha acontecido. Dessa forma, achou que a comunidade poderia “caminhar como os próprios pés”.

A lei estadual 8040/90, que criava eleições diretas nas escolas estaduais, foi considerada inconstitucional, em 1991, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em substituição, foi criada a lei 573/91 que delegou ao Poder Executivo o direito de escolher os dirigentes das escolas.

Em consequência da inconstitucionalidade, observo que os movimentos internos por poder da instituição dependem, e muito, dos movimentos externos de poder advindos do Estado. Da mesma forma que o Instituto é considerado como uma instituição autônoma não lhe cabe o “poder” para a escolha de seus representantes. Primeiramente, era o Estado que delegava às escolas o direito de escolha de seus próprios dirigentes. Mas este mesmo Estado que dava a liberdade de escolha, de uma hora para outra, “aprisiona” novamente as escolas retirando-lhes esse “poder” utilizando-o como um monopólio.

2.2.4. A greve de 1995

Em 1994 Elizabeth Bayer concluiu o mandato deixado pela professora Rosângela e quem assumiu a direção do IEE por nomeação foi o professor da disciplina de História Adevilton Victor Fernandes.

O ano de 1995 iniciou com a posse do governador Paulo Afonso Vieira do PMDB (1995-1998) que havia sido Secretário da Fazenda no governo de Pedro Ivo Campos e que na época das greves de 1987 e 1989 negociou com os servidores grevistas. Paulo Afonso assume afirmando que a educação era “a prioridade das prioridades”, mas congela e atrasa os salários dos trabalhadores em educação.

Em vista das questões relacionadas ao setor da educação no governo de Paulo Afonso, no início do ano letivo aconteceu, em São Miguel do Oeste, o V

CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC que teve como orientação do seu Conselho Deliberativo o adiamento do início do ano letivo. Apenas algumas regiões conseguiram encaminhar a deliberação e as escolas que fizeram-na, sofreram punição com a exoneração dos diretores eleitos.

Nesse contexto, o magistério público de Santa Catarina iniciou a sua 14ª greve que durou 59 dias – de 24 de abril a 21 de junho – sendo a segunda mais longa da história da categoria. A greve começou com cerca de 70% de adesão em todo o Estado.

As reivindicações da categoria, de acordo com o histórico do SINTE/SC¹² eram: a) reposição das perdas salariais; b) Piso Salarial Profissional Nacional (5,4 em março); c) recomposição da tabela em 3% entre os níveis (era 2,75%); d) isonomia entre os três Poderes; e) reajuste mensal de acordo com a inflação; f) eleição para diretor de escola; g) concurso público anual; h) retorno do triênio de 6%; i) auxílio alimentação, transporte, difícil acesso e adicional noturno; j) insalubridade para agentes de serviços gerais; l) liberação de dirigentes sindicais; m) aposentadoria especial para especialistas; n) retorno do desconto de 8% do IPESC; p) não às punições.

O episódio relacionado ao IEE que foi destaque nesta greve foi a participação da comunidade escolar na manifestação que fechou literalmente o IEE. Na tentativa de conseguir a paralisação total da escola, os professores trancaram os portões da instituição com correntes e cadeados. O diretor do IEE, na época, professor Adevilton Victor Bernardes e toda a sua equipe, num total de 14 pessoas, ficaram presos durante toda a sexta-feira sem ao menos saírem para almoçar, pois foram impedidos de sair pelos manifestantes que afirmavam que o diretor poderia sair, mas não poderia voltar para a escola. Com relação a este episódio, o professor Adevilton Victor Fernandes, na época diretor, observa que nunca foi contra a greve, só era contra a situação em que tiravam o direito de ir e vir.

Quatro soldados do Corpo de Bombeiros acompanhados por 42 policiais militares foram ao IEE por determinação de uma liminar judicial concedida pela 2ª vara da Fazenda, a pedido da Secretaria da Educação, para abrir os portões. Não houve resistência dos professores à ação policial, como mostra a Figura 3.

¹² O histórico do SINTE/SC pode ser encontrado no site: www.sinte-sc.org.br.

Justiça manda abrir portões do IEE

Liminar concedida após pedido da Secretaria da Educação levou polícia ao Instituto Estadual

Por determinação de liminar judicial concedida pela 2ª vara da Fazenda, a pedido da Secretaria de Educação, quatro soldados do Corpo de Bombeiros, apoiados por 42 policiais militares, arrebitaram no final da tarde de sexta-feira as correntes e cadeados que trancavam os portões do Instituto Estadual de Educação desde a última quinta-feira. Os portões foram trancados pelos professores em greve, na tentativa de conseguir a paralisação total do IEE.

Os soldados do Corpo de Bombeiros chegaram ao Instituto por volta das 17h30min acompanhados por 42 policiais militares, armados e carregando nas mãos cacetetes. Vários professores que protestavam na porta do maior colégio de Santa Catarina não ofereceram resistência à força policial. Enquanto os bombeiros arrebitavam as correntes e cadeados os manifestantes gritavam: "A greve continua, a greve continua".

Após os três cadeados que trancavam o portão principal do Instituto terem sido arrebitados, cerca de 20 policiais militares fizeram uma linha de isolamento, impedindo que os manifestantes entrassem no pátio. Nesse momento a tensão aumentou. Postados exatamente em frente ao grupo de PMs, os manifestantes exigiam que fosse liberada a entrada. "Este é um espaço público, temos o direito de entrar", gritou um dos

professores. Depois de uma breve discussão entre o comandante dos soldados, major Elizário Luis Rotta, e a presidente do Sintre, Célia Kleine, a confusão terminou.

A ação de reintegração de posse foi impetrada na sexta-feira pela Secretaria de Educação. No mesmo dia foi concedida a liminar pela 2ª vara da Fazenda, através do juiz Nicanor Calirio da Silveira. A presidente do Sintre, Célia Kleine, afirmou que o sindicato vai acatar a decisão até a próxima semana. "Depende da comunidade do IEE, se a Associação de Pais e Professores decidirem que devemos trancar o Instituto novamente, os cadeados voltam aos portões", afirmou.

Lanchinho — Os cadeados foram colocados na manhã da última quinta-feira, por professores em greve. Eles afirmam que os profissionais não grevistas estão fazendo "terrorismo" com os alunos. "Estão aplicando prova com apenas dois estudantes em classe", dizia um professor.

O diretor do IEE Adeilton Bernardes e toda sua equipe, num total de 14 pessoas, ficaram presos durante toda a sexta-feira nas dependências do Instituto. "Conseguimos entrar hoje às 18h40min, antes de colocarem o cadeado. Nem sair para almoçar eles nos deixaram", dizia Adeilton encostado no portão trancado. Ele e sua equipe conseguiram fazer com que um funcionário desse e comprasse pão, margarina, café e um pacote de biscoito. "Se comemos este lanchinho", dizia. Os manifestantes afirmavam que o diretor poderia sair e não voltar.



Soldados do Corpo de Bombeiros e 42 policiais militares arrebitaram as correntes colocadas por professores para trancar os portões

Figura 3. Jornal "O Estado" de 07/05/95 - seção geral.

De acordo com o jornal "O Estado" (07/05/95 - seção geral), a presidente do SINTE/SC, Célia Kleine, afirmou naquela data que o sindicato acatava a decisão da justiça e disse que "Depende da comunidade do IEE, se a Associação de Pais e Professores decidir que devemos trancar o Instituto novamente, os cadeados voltam aos portões", afirmou.

Em 22 de junho de 1995, após 41 dias letivos de paralisação e 58 dias corridos as escolas estaduais de SC retornaram as atividades depois da greve do magistério. Segundo o jornal "O Estado" (22/06/1995), "Quando a greve acabou, o índice de paralisação médio no Estado era de 15%. Altos índices de adesão, como o de Criciúma (95%), Araranguá (60%) e Florianópolis (50%) estavam sendo compensados por índices baixos como os de Lages (10%), Blumenau (8%) e Itajaí (6%). O índice médio de paralisação no IEE durante quase dois meses de greve foi de 30%." Ainda segundo o jornal, os alunos do IEE aguardavam com ansiedade a volta dos professores grevistas. As aulas no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, na Escola de Aplicação, continuaram normalmente e os mais atingidos com a greve foram os alunos do Ensino Médio, principalmente os do turno da noite.

Em virtude dos fatos mencionados, o professor Márcio de Souza, que em 1994 foi secretário Geral do SINTE/SC, enfatiza,

[...] nós tínhamos uma militância comprometida, afinada e disciplinada para dar conta do Instituto. O grupo dirigente do Instituto sempre foi assim, tínhamos variações nas adesões ou conjunto percentual de greve, mas a direção do movimento, companheiros como Célia Campos, que era assistente social, professor Francisco, Chicão, do departamento de Química, o saudoso amigo falecido Sílvio Galvão de Queiroz, as meninas da orientação, a Ilma da orientação educacional, Maria Neusa, professora de Matemática, do departamento de matemática eram vários ativistas ali colocados. (Depoimento em 16/12/2008)

Como conquistas da greve, foram consideradas pelo SINTE/SC: a) piso passou de R\$ 215,00 para R\$ 277,00; b) promessa de devolução dos 10% de regência de classe incorporados ao vencimento para aumentar o piso e a descompressão da tabela salarial, que foi substituída pelo reajuste linear de 6,38%, em fevereiro do ano seguinte; c) promessa de reajuste salarial até chegar ao piso de três salários mínimos (R\$ 300,00), sempre que a folha de pagamento do funcionalismo público consumir menos que 70% da receita e a arrecadação aumentar; d) devolução do desconto dos dias parados, que só foram realmente devolvidos três meses após a reposição das aulas.

Com relação ao governo de Paulo Afonso o SINTE/SC ¹³avalia:

Paulo Afonso pertence à ala mais conservadora do PMDB, caracterizando-se como centralizador e autoritário, contradizendo o discurso de campanha com a prática de governar. Forma a maioria na Assembléia Legislativa, na base do “é dando que se recebe”, aprovando suas propostas e praticando o clientelismo, como no caso das emancipações de municípios, para evitar aprovação de propostas de investidura social. [...] Na Assembléia Legislativa não encontra muita resistência. Cooptou quase todos os partidos da frente popular formando uma base de sustentação razoável. Aprovou quase todos os projetos e medidas provisórias em tramitação na casa, durante a greve de 58 dias do magistério onde endureceu e não negociou e ainda descontou os dias parados aumentando a revolta da categoria e dos setores mais conscientes da sociedade. É um governo que se desgasta rapidamente e não oferece nenhuma alternativa concreta para os trabalhadores a não ser o arrocho salarial.

Segundo o DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE DO SINTE/SC, 2002, a greve foi muito tumultuada e rendeu poucas conquistas, mas conseguiu desgastar bastante o governo do Estado, que perdeu apoio da Assembléia Legislativa e dentro do próprio partido, que ficou completamente dividido, com alguns deputados considerando o movimento do magistério justo.

¹³ Fonte: Resoluções do V Congresso do SINTE. São Miguel do Oeste/1995.

CAPÍTULO III

3. Participação no espaço social do IEE

À medida que houver a participação de todos os segmentos da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá condições para pressionar o governo a tornar a escola apta à autonomia, mas esse processo pressupõe trabalho. Portanto, é importante que a escola organize-se democraticamente com objetivos articulados aos interesses da comunidade escolar.

3.1. A ação das entidades nos espaços de participação

Com relação ao espaço ocupado pelas entidades do IEE nas décadas de 1980 e 1990, mais precisamente nos anos de 1985 a 1995, a participação destas ocorreu de forma mais intensa em momentos específicos como nos processos das greves de 1987 e 1995 e nas eleições diretas para o cargo de diretor em 1985 e 1990.

Em boa parte, essa participação se deu pela necessidade de se democratizar os espaços e pela decorrência de um certo conflito, principalmente nos momentos de greve, pois houve a instauração de uma nova rotina que rompia com as relações de poder dentro da escola. Segundo o professor Márcio de Souza,

A partir do momento da deflagração da greve era uma situação anormal. As regras hierárquicas são quebradas, não valem para esse período, vale a paralisação. Então o diretor deixa de mandar na forma tradicional como operavam as formas de manutenção da verticalização hierárquica. [...] era como um regimento que dava conta de fazer um papel de mobilização, garantia a paralisação na busca de recursos de materiais, na arregimentação dos companheiros de estar na escola às sete horas da manhã para a escola não vacilar, para os companheiros com dúvida ou fragilidade se decidirem, afastar o tensionamento e a presença da direção operando contra a greve com as ameaças. Para tudo isso, havia um planejamento para a nossa ação no interior da escola.

Neste sentido a organização do corpo docente para os enfrentamentos com o governo do Estado sempre contou com o apoio do SINTE/SC¹⁴ que os orientava. A

¹⁴ Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina.

direção do movimento dentro do IEE fazia toda a articulação para garantir a mobilização. No modo de ver do professor Márcio de Souza,

O SINTE/SC contou fundamentalmente com o esforço do magistério, porque é obviamente que o magistério buscava por conquista, por luta política por uma respeitabilidade maior dos representantes do governo que atacavam a categoria, por isso a nossa condição de corpo constituída para enfrentar. Tirar um professor da sala de aula inviabiliza. Agora tirar um secretário, um pedagogo, uma assistente social isso não tem uma repercussão severa do impacto que representa. Nesse processo nós tínhamos essa orientação do trabalho desenvolvido pelo SINTE/SC. Nós tínhamos essa condição política muito bem articulada dentro do Instituto, nós tínhamos uma militância comprometida, afinada e disciplinada para dar conta do Instituto.

Com a mudança do cotidiano, instalava-se na escola uma relação de força entre o corpo docente em greve e as autoridades do Governo. Nesse momento de conflito surgem as táticas que segundo CERTEAU (2008), são procedimentos utilizados em instantes precisos, determinados pela ausência de poder, para uma intervenção que muda a organização de um espaço transformando a situação em algo favorável, fortificando, dessa forma, a posição do mais fraco nas posições de força.

Neste sentido, observamos que o IEE ocupou lugar de destaque no cenário político do Estado no período das greves. De acordo com a pesquisa, existiam variações nas adesões ou conjunto percentual de greve, mas o envolvimento do movimento de greve era forte, o que se mostrava por meio de táticas de greve, segundo o professor Márcio de Souza,

As primeiras providências eram pelo controle do Instituto, porque era para lá que as câmeras, as luzes se dirigiam para dizer ao Estado se havia ou não greve a partir do termômetro que o Instituto representava. Nós sabíamos que a greve no Instituto tinha que ser deflagrada, tinha que ser apresentada para o Estado com o Instituto paralisado. Então paralisar o Instituto foi um esforço sobre-humano uma vez que contava com uma cadeia de subordinação vinculada diretamente à Secretaria do Estado, de lá da torre que se desenvolvia toda e qualquer possibilidade de sucesso de frear a greve ou não. Nas nossas táticas também bastante eficazes para que o Instituto paralisasse, nós tivemos dificuldades políticas até a década de 1990. Nós fechamos o Instituto em diversas oportunidades, os fechamentos eram literais, fechar mesmo, inviabilizar o funcionamento da escola. (Depoimento em 16/12/2008)

Na greve de 1987, de acordo com o Comando Unificado Estadual em seu Informativo 07, de 05/08/87, sobre a “Avaliação do Movimento e Encaminhamentos” considerou que a greve foi referência para a população catarinense que apoiou os grevistas nos 57 dias de greve e que o apoio da população aconteceu por entender

que a luta era justa e porque a mesma sentiu-se contemplada na voz dos manifestantes. Por sua vez, a luta dentro dos espaços do IEE não foi diferente.

Em 1984, no momento da elaboração do Plano Estadual de Educação, que contou com diversas etapas de preparação, colado ao debate entre professores, estudantes e pais, estes segmentos do IEE, reunidos em Assembléia Geral na então Escola Técnica Federal de Santa Catarina, aprovaram a extinção de taxas de matrícula do IEE. Essa foi uma decisão importante no processo uma vez que partia-se do entendimento de uma educação pública e gratuita em sua totalidade.

Por conseguinte, a APP do Instituto Estadual de Educação também teve papel decisivo no processo de democratização da escola. De acordo como professor Márcio de Souza a APP que funcionou com pessoas na condição do segmento de pais que já experimentavam a atividade política de outras jornadas e perceberam também a possibilidade de contribuir com a democratização do Instituto Estadual de Educação.

Para a professora Clenice a APP era como uma autoridade dentro da escola,

Outra autoridade dentro da escola era a APP. Nesse período não era a diretoria da escola que tinha que ficar catando as pessoas para elas participarem. Na década de 1980 até o início da década de 1990 tinha pais que eram presidentes da APP. Hoje são professores, pois não há mais interesse da comunidade em querer participar. A comunidade participava muito ativamente da APP, através dos pais, havia poucos professores. (Depoimento em 31/10/2008)

Desse modo, fazer parte da diretoria da APP, naquele período, era algo bastante concorrido. De acordo com a ex-diretora Rosângela Moraes da Rosa, “a APP tinha sua autonomia e o que aferia de verba era aplicado em livros, uniformes e equipamentos para a escola”.

A escola que tem em sua organização entidades como a APP entre outros pode defender mais efetivamente seus interesses com relação à qualidade de ensino. Por outro lado, a Associação não substitui o papel do Estado, mesmo que muitas vezes assuma tarefas paliativas que seriam do Estado.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, a Associação de Professores e Funcionários do IEE teve pouco envolvimento em movimentos reivindicatórios dentro do IEE. Ela apoiava esses movimentos simbolicamente por meio de doações para a compra de materiais para a confecção de cartazes, de faixas que identificavam o grupo do Instituto nas passeatas.

O professor Márcio de Souza relata a pressão que os funcionários sofriam por parte do governo por não estarem articulados entre si, ou seja, era um segmento mais apto a “acatar” as imposições. Segundo ele, a situação mais complexa da escola era justamente a questão dos funcionários que se mostravam muito fragilizados, muito suscetíveis a ações de controle e comando da hierarquia verticalizada para apartá-los do processo de participação política.

Contudo, no período da greve de 1987, a APF era dirigida por professores e não por funcionários. Nessa diretoria existiam professores com uma liderança muito forte que embora não se posicionassem nas manifestações enquanto associação, posicionavam-se enquanto professores, enquanto indivíduos, não enquanto entidade.

Por seu turno, o Grêmio Estudantil do IEE teve suas atividades retomadas na década de 1980 com o período da redemocratização da escola e desempenhou um papel muito importante no processo de unificação de algumas bandeiras históricas como na elaboração do Plano Estadual de Educação, em 1984, que contou com a participação de grande parcela da comunidade escolar. Os professores tiveram um papel preponderante no processo de retomada do Grêmio Estudantil. Dentre as lideranças que se destacaram neste processo, auxiliando na movimentação dos alunos em 1984 e 1985 estão os professores de Física José Olímpio e o professor de Química Márcio de Souza.

Além da participação do Grêmio em questões referentes ao IEE, esta entidade apoiava os professores em suas mobilizações. Na greve dos professores, em 1987, também houve o apoio do Grêmio que envolveu um grande número de alunos para participar de todo o movimento. Para Ana Cláudia, que era representante de turma na década de 1980, esse movimento do Grêmio era constante e bastante expressivo:

Na época, eram feitas reuniões com os líderes de turma junto com o Grêmio Estudantil para levantar questões relacionadas às melhorias na escola, na sala de aula e com os professores. Os professores liberavam esses alunos representantes no horário de aula e a coordenação também estava ciente. O Grêmio Estudantil surgiu para resolver estas questões, mas participava ativamente nas questões relacionadas à greve de 1987. Para todos os alunos entrarem nesse apoio foi um processo gradual de conscientização, participávamos de passeatas. (Depoimento em 01/10/2008)

Ainda de acordo com a entrevistada, havia a realidade da participação, do debate e da transparência. O Grêmio Estudantil liderava os alunos em busca de

democracia e eram ouvidos, desse modo se sentiam parte integrante desses movimentos.

Neste contexto, torna-se importante destacar que a Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação (ADIEE), por ser uma entidade com objetivos esportivos, não se envolvia diretamente nas questões político-pedagógicas da escola.

Tendo em vista os aspectos observados, entendo que a participação dos segmentos do IEE nos processos de greve foi importante à medida que buscou melhorias sejam elas na qualidade da educação ou em melhores condições de trabalho para seus professores, constituindo um mecanismo de pressão junto ao Estado e aos grupos detentores do poder para que fossem propiciadas condições de funcionamento e autonomia à instituição. Além disso, a participação também pode se dar nos processos de eleição, quando os segmentos se tornam partícipes na decisão daquele ou daquela que conduziria a instituição numa possível gestão participativa.

3.2. Possibilidades e limites de participação no espaço social do IEE

Neste período de 1985-1995, percebemos quais foram, por um lado, as possibilidades de participação de professores, alunos, pais e funcionários no espaço social do IEE, no âmbito de suas lutas, conquistas e formação de novas lideranças, e, por outro lado, quais foram os limites dessa participação. A presença de um grupo com interesses participativos numa instituição aponta para a perspectiva de situações complexas que, no mínimo, interferem na dinâmica escolar. Mesmo assim, perguntamos: até que ponto a possibilidade de participação foi possível dentro da instituição? Os procedimentos e conteúdos de ação dessa participação estavam claros? De que forma o governo do Estado apoiava ou rejeitava os movimentos existentes no IEE? Nesta perspectiva, com relação aos limites e possibilidades de participação, em âmbito estadual, na década de 1980, a Comissão de Implantação e Fiscalização do Plano Estadual de Educação 1980/1983, que era representada por um grupo de professores, encontrava-se na

Secretaria de Educação a fim de tornar efetivo o PEE¹⁵. Em vista disso, segundo DAROS, perceberam que,

[...] as relações de poder concretizavam-se no interior da burocracia, principalmente através do privilegiamento dos interesses de grupos representados na organização burocrática. Isso se dá na medida em que os dispositivos burocráticos e legais dificultam ou mesmo impedem a presença de outros interesses, no caso os interesses das associações de professores. E como foi o caso, a própria organização burocrática reorganizou-se para não abrir espaço para a concretização de outros interesses. (DAROS, 1999, p.121)

A Comissão Estadual de Implantação do Plano teve mais de dois anos de existência (maio/85 a junho/87), mas não resistiu aos limites impostos pelo governo. Alguns embates deram origem a um processo de desgaste e de desqualificação da Comissão que em junho de 1987 foi extinta.

Ainda de acordo com DAROS (1989), a composição da Comissão de Implantação do Plano, quase que exclusiva das associações de professores, era uma das possibilidades, mas talvez não fosse a melhor alternativa para garantir a política educacional desejada pelos professores.

Os embates entre a Comissão e a Secretaria da Educação mostram que houve possibilidades e limites quando se buscou democratizar as relações de poder. Houve a possibilidade da constituição de uma Comissão de Implantação do PEE, mas a Secretaria de Educação manteve sua estrutura hierárquica impedindo, dessa forma, que o processo democrático desse continuidade.

Processos como este demonstram como a participação democrática não se dá de forma espontânea, pois deve ser um processo histórico de construção coletiva.

Por outro lado, a conquista dos segmentos da escola mediante eleições diretas para o cargo de diretor nas escolas públicas do Estado significou uma forma de descentralização do poder, uma ruptura com a forma conservadora de escolha até então utilizada. Essa foi uma medida democrática para a gestão de cada unidade escolar que instaura no seu interior um processo de participação com o surgimento de novas relações.

No âmbito da escola pública, particularmente no IEE, esses processos de participação também apresentam seus limites e possibilidades. Para esta discussão,

¹⁵ Sigla utilizada para referir-se ao Plano Estadual de Educação.

consideramos importante precisar o conceito de participação que, de acordo com PARO, está ligado a participação nas decisões,

Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário para a participação propriamente dita, que é partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo. (PARO, 2006, p.16)

Ainda segundo o autor, é necessário que os segmentos participem efetivamente da gestão da escola para ganhar autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado.

A participação precisa ser percebida como instrumento do processo de gestão democrática, pois é a partir dela que os espaços democráticos podem se constituir, se estabelecer dentro da instituição de ensino. Desse modo, a importância da participação na escola se dá por meio da partilha do poder com aqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade do ensino. Estes encontram nesse caminho limites e possibilidades para uma efetiva participação.

Por sua vez, PARO (2006) assinala que falar das potencialidades e obstáculos da participação na gestão escolar implica relacionar alguns determinantes que se encontram dentro e fora da escola. Dentre os determinantes internos à unidade estão os condicionantes materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos.

As condições de trabalho ou os condicionantes materiais da participação são as condições objetivas em que as práticas e as relações se desenvolvem dentro da escola. Em alguns estabelecimentos de ensino as dificuldades de materiais tornam-se um obstáculo, ou seja, uma desculpa para nada se fazer em prol da participação. Por outro lado, a falta de materiais pode contribuir para a necessidade de participação dos membros dos segmentos da escola. Assim, os mesmos se envolvem, no intuito de resolver os problemas da escola, e dessa forma adquirem mais conhecimento e familiaridade com as questões escolares podendo influir em decisões que são tomadas.

Sendo assim, podemos afirmar que a participação das entidades do IEE, mais especificamente da APP, se deu em seu envolvimento na compra de materiais para a escola com valores que recebia de forma voluntária das famílias dos alunos, pois,

por ter autonomia, o que aferia de verba aplicava em livros, uniformes e equipamentos para a escola.

Por outra parte, existem os condicionantes institucionais que dizem respeito ao caráter hierárquico da distribuição da autoridade que tratam da organização formal da escola pública e como a escola se estrutura com relação à distribuição do poder e da autoridade na gestão do trabalho pedagógico, além das relações que se estabelecem dentro da instituição.

PARO (1996) evidencia que, o papel reservado ao diretor ganha destaque como autoridade máxima na instituição escolar. A maneira como esse profissional exerce suas funções na chefia da escola torna-se relevante para a teia de relações e normas que se estabelecem para o exercício de suas atribuições.

Isto posto, entendemos que dentro do processo de abertura política pelo qual passava todo o país na década de 1980, a eleição democrática para o cargo de diretor de escola em Santa Catarina significou uma vitória para a categoria do magistério. Desse modo, para Rosângela Moraes da Rosa, o significado de ser eleita democraticamente facilitava as relações com professores, alunos, pais e funcionários e, por conseguinte, o estabelecimento de normas para que exercesse sua função. É o que ressalta a ex-diretora,

Ao fazer essa transição, do governo Amin ao governo Pedro Ivo, eu em todos os momentos, sentia-me representante da comunidade, detentora da confiança do corpo docente e discente daquela instituição. Foi uma experiência única. E os fatos confirmam que a comunidade acompanhava e gostava do nosso trabalho. E ressalte-se: o mesmo governo que cancelou as eleições no início, sufragou-as no final e reconduziu-me com quorum total à direção do IEE, por força do voto da comunidade escolar. (Depoimento em 03/11/2008)

Relações verticais de mando e submissão prejudicam as relações horizontais favoráveis ao envolvimento participativo e democrático, no entanto, na instituição pesquisada, devido a organização do movimento docente e dos segmentos em geral a questão da hierarquia vertical não se apresentava como um problema maior. Do ponto de vista do professor Márcio de Souza, o processo de discussão sobre questões referentes à escola sempre aconteceu,

Quando eu cheguei como professor, já existia um processo de Conselho Pedagógico da escola, chamava-se Conselho de Departamento, onde os professores elegiam os Chefes de Departamento, mas havia um processo incipiente de representação colocado. Fui eleito três vezes consecutivas como Chefe de Departamento dentro do departamento de Química. Nos outros departamentos nós tínhamos também os processos de disputa dentro dos departamentos e não eram pequenos processos de disputa. Os professores escolhiam os Chefes de Departamento que iam apresentar as

demandas para a Direção da escola e toda quinta-feira se reuniam para deliberar em torno das questões da escola em debates franqueados. Então nós nunca tivemos uma severidade nessa questão da hierarquização. (Depoimento em 16/12/2008)

PARO (2006) destaca ainda que os interesses dos grupos dentro da escola são representados pelos condicionantes político-sociais. Mesmo que os segmentos da escola almejem os mesmos objetivos que são melhorias dentro da escola, ou seja, a luta por objetivos coletivos, não significa que as relações na instituição se dêem de forma harmoniosa e sem conflitos. Em tais práticas diárias as pessoas se orientam por seus interesses imediatos e a consciência de interesse mais amplos não se dá de forma freqüente nem imediata. Este foi o caso da gestão da professora Rosângela, pois mesmo sendo eleita pela própria comunidade escolar, havia grupos contrários que se orientavam por seus interesses imediatos,

Eu creio que não teve um agrado por parcela significativa da escola com relação a gestão da professora Rosângela porque novas demandas a partir da abertura para o diálogo são colocadas para cada um. Você vai ser desafiado a uma nova postura, a um novo comportamento e por fim abertura por um processo de que o teu trabalho docente, ele ingressa também uma posição de avaliação. (professor Márcio de Souza/Depoimento em 16/12/2008)

Vemos que em espaços públicos as diferenças podem se expressar e se representar, pois são nesses espaços que os valores circulam, os argumentos se articulam e as opiniões se formam. São nesses espaços, sobretudo, que se pode construir uma convivência mais democrática, mesmo assim os conflitos eram latentes.

Em 1990, formei uma equipe com os mais votados. Isto em dezembro. Em março troca o governo. O PT queria que a candidata deles ocupasse a Direção de Ensino e eu disse que não. A equipe eu levaria, porém, escolheria as posições. E não gostaram. E foi outra fase de embates. Vale lembrar que os embates eram no campo da ética. Nada de Golpes! (Rosângela Moraes da Rosa, ex-diretora/Depoimento em 03/11/2008)

Dando continuidade à análise, o último determinante citado por PARO se relaciona aos condicionantes ideológicos que são as concepções e crenças sedimentadas historicamente nas pessoas e que movem suas práticas e relacionamentos,

[...] se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular. (PARO, 2006, p.47)

Outra dimensão importante dos condicionantes ideológicos diz respeito a própria concepção de participação que têm as pessoas que trabalham na instituição de ensino. Isto remete ao tipo de envolvimento das pessoas no processo democrático de gestão escolar. A professora Clenice nos revela de que forma os condicionantes ideológicos influenciaram o espaço social do IEE:

A escola participava dos embates institucionais e não participava dos embates ideológicos. A partir de 87 com o primeiro governo do PMDB em Santa Catarina, o ensino público começa a sofrer suturas por posições ideológicas. O PMDB seria uma esquerda consentida. Eles se mostram contrários à ditadura, mas na verdade eles conviveram com a ditadura, uma oposição consentida. Nesse momento a escola deixa de ter um processo de luta institucional, aí sim começam a surgir pessoas no individual em busca do poder partidário e ideológico, é onde começa realmente, no meu entendimento, uma descaracterização da escola, do IEE. Essa repartição em 87 deve ser muito bem marcada na educação catarinense como um momento em que a escola como um todo abre as suas portas e o poder ideológico entra na escola e a partir daí ela vai ter uma série de discursos históricos que estão aí e chegam até os nossos dias com relação à qualidade de ensino e discussão democrática. (professora Clenice Rodrigues Machado/Depoimento em 31/10/2008)

Percebo que as demandas por participação geram os embates que em vários momentos acontecem entre o próprio corpo docente e a direção do IEE na defesa de suas idéias dentro da instituição, para uma melhoria na própria escola, por fazerem parte de uma gestão participativa.

O ano de 1987 foi um divisor de águas na educação catarinense em virtude do “Golpe da Merenda” que resultou em processos administrativos para alguns professores do IEE e rompeu com o processo democrático que vinha se instalando na instituição, criando, dessa forma, dada a repercussão da situação uma intimidação do corpo docente nas escolas estaduais,

A escola estava num processo de discussão, estava num processo de compartilhamento de administradores, estava buscando caminhos de manter a sua qualidade e ampliar essa qualidade. Esse golpe foi uma ruptura, foi um golpe na eleição direta, foi um golpe no Conselho Deliberativo, que não foi reconhecido, e foi um golpe nas discussões democráticas. A partir desse momento criou-se nas escolas algo que vem num crescer até hoje, começa a se instituir o medo, aí as pessoas começam a ter medo. “Por que elas começam a ter medo?” Pelas posturas da Rosângela e sua equipe. Naquela época, foram quatro processos administrativos. Então as pessoas começam a ter medo. “Puxa, agora eu não posso falar qualquer coisa, eu não posso ser contra nada porque eu vou ter um processo administrativo”. No governo Pedro Ivo, começa a se instituir na escola algo que há até hoje: a política do medo. As pessoas tinham, depois de um processo de ditadura, começado a exercitar a voz, a causa, o querer. Elas começam novamente a se encolher no medo. Para mim essa é a pior herança que nós temos da questão do Golpe da Merenda. (professora Clenice Rodrigues Machado/Depoimento em 31/10/2008)

Por seu turno, os limites de participação dentro da instituição se deram por alguns aspectos, dentre os quais estão a autonomia do IEE que para o governo Pedro Ivo Campos (1987-1991) tornou-se o ponto frágil da unidade escolar. O IEE foi submetido a um tratamento de exclusão, pois já não era mais convidado para reuniões onde tinha sua participação garantida.

Na vinda do governador Pedro Ivo Campos e seus seguidores, o cenário para o IEE, mudou para “caça às bruxas”. Geovah Amarante na época bradava: “Para quê uma Maria do Amin na direção do IEE, se podemos ter a nossa Maria lá!”. Outros figurões começaram a ameaçar a autonomia da instituição. E foi neste ponto que fomos à luta. Conseguimos uma audiência com uma figura importante e nos foi dito com todas as letras que queriam trocar a direção do IEE e que não reconheciam a eleição de 1985. Sobreveio a greve e tudo piorou. Todos os dias o IEE sofria uma visita, vistoriando algo: carteira, merenda, refeitório e pedidos de vagas dos gabinetes. E a cada negativa de cessão de vagas era uma ameaça ao IEE. Para satisfazer o apetite por vagas daquelas pessoas sedentas por “mando”, precisaria de outro IEE. (Rosângela Moraes da Rosa, ex-diretora/Depoimento em 03/11/2008)

Outro episódio de intimidação por parte do Governo aos professores foi a visita, em 1991, do Secretário da Educação do Estado ao SINTE/SC. Segundo o professor Márcio de Souza, que na época era Secretário Geral deste sindicato, jamais um Secretário da Educação tinha ido ao SINTE/SC. O Secretário estava sozinho e apresentou uma ação intimidatória dizendo o que iria fazer pela educação, e por fim avisou que não adiantava fazerem greve porque não ia ter. Ainda de acordo com Márcio de Souza, aquela época foi a mais severa de cortes no Estado brasileiro impostas por Fernando Collor de Melo e Vilson Kleinübing que se habilitava como o mais régio cumpridor das interpretações do Collor. O Governador tirou triênios e atacou o Plano de Carreira de forma exemplar dizendo que era zero o reajuste salarial para a categoria. E o professor Márcio recorda como foi a reunião com o secretário,

Eu lembro que eu estava sentado com o Chicão, diretor do Instituto e presidente do SINTE, o Valdir Farias, a Ellen Esperino, Joantina, Ideli, Rita Gonçalves e Ismênia e ele falou muito Então escrevi um bilhetinho e mostrei para o Chico: “Chico, ele pensa que tem luz própria!” Ele perguntou: “O que você escreveu aí?” Eu disse: “O senhor pensa que tem luz própria!” “Uma pessoa vir ao sindicato e falar essas coisas só deve pensar que tem luz própria!” E a reunião acabou. Ele foi esforçado em tentar fazer conosco pressão e saiu para o desafio a dizer que na época do Kleinübing não ia ter nada para ninguém e nós conseguimos sobreviver a era Kleinübing. (Depoimento em 16/12/2008)

O discurso do Governo foi um dos mecanismos de controle para limitar a participação que acontecia naquele momento. Vemos que, primeiramente, o confronto da greve de 1987 assustou o governo do Estado. Além disso, havia sido

instalado nas escolas um processo de democracia com fóruns de discussão para a elaboração do Regimento Interno das escolas, das leis e normas. A escola ganhava autonomia que não era bem vista pelo poder constituído, pois dessa forma perdia o controle político.

Além disso, o “Golpe da Merenda”, episódio em que um representante da Secretaria da Educação foi ao depósito de merenda do IEE e “constatou” a existência de merenda estragada devido ao condicionamento incorreto dos alimentos por negligência e incompetência administrativa, sinaliza uma tentativa de intimidação da diretora eleita democraticamente. O resultado foi uma intervenção na direção da escola.

Por isso é que categoricamente a gente afirma que foi um golpe muito bem preparado porque como é que o governo ia dizer “não, nós vamos tirar a Professora Rosângela porque ela apoiou a greve, porque ela participou das passeatas da greve, porque ela não está comungando com aquilo que nós queremos que seja feito”. Eles sabiam que se fizessem isso, com a força da comunidade do IEE a escola pararia, o Instituto estaria do lado dela e como ficou realmente. Então, politicamente falando, eles não queriam correr este risco. Então como é que eles iam tirar ela dali? Até pelo próprio discurso deles que iriam aceitar a eleição dela se não fosse através de algo que fosse macular a imagem dela como sendo uma administradora irresponsável. (professora Clénice Rodrigues Machado/Depoimento em 31/10/2008)

O resultado desse “Golpe” evidencia uma contradição incompatível com a idéia de democracia. O principal objetivo da eleição de diretor consiste na possibilidade de o dirigente escolar agir de acordo com os interesses daqueles que o elegeram. Esse processo democrático torna-se inviável quando o Estado interpreta que, mesmo sendo eleito democraticamente, o diretor deve agir de acordo com os interesses do partido ou do grupo no governo.

Segundo PARO (1996), a maior contradição implícita nas primeiras experiências de eleição de diretores nos estados tenha sido a permanência, mesmo sendo um processo eletivo, do caráter de “cargo de confiança” para o posto de diretor.

De acordo com o professor Márcio de Souza, essa punição da professora Rosângela e de seu corpo diretivo foi de ordem político- partidária. Para ele a professora Rosângela, enquanto diretora, fez um ensaio de tentativa política de ampliar, instalar um processo de diálogo e de respeito político no interior da escola na diversidade que a escola é constituída. Ela procurou construir esse movimento, ao mesmo tempo em que essa disposição esbarrou com o governo central.

Por outro lado, a ex-diretora argumenta que não houve partidarismo por parte dela,

O poder do Estado, no caso do IEE, depende do “partido” que ocupa o poder! Equivocadamente, nos idos de 80, eu nem pertencia a partido algum, nem conhecia o governador da época, nem era militante de coisa alguma. Eu era mãe de quatro filhos, idealista e educadora até os ossos... Idealista a ponto de sacrificar a família para trabalhar dia e noite pela minha escola...! (Depoimento em 03/11/2008)

Observamos que esses limites estão colocados no próprio sistema de representação de interesses, que, por sua vez, expressa a estrutura autoritária do governo do Estado. Temos, dessa forma, relações de força que se manifestam que seriam os enfrentamentos. Dessa vez, o enfrentamento seria o da professora Rosângela como diretora com o governo do Estado, pois ela resolveu apoiar os professores na greve, juntamente com o Grêmio e a APP mesmo sabendo de todos os riscos que corria.

[...] havia mudado o governo que tinha chamado para algumas reuniões na secretaria da educação com o seguinte discurso, “nós vamos ignorar que não teve quorum, mas como você foi bem aceita, nós vamos deixar que você continue. Você tem liderança, vai contar com nosso apoio”. Havia um discurso na secretaria da educação e ela sabia que as pessoas eram outras que as posturas com relação ao IEE também estavam sendo outras e que iria chegar a hora do enfrentamento. Correria o risco de ser exonerada do cargo a qualquer momento, porque ela não só verbalmente se colocou a favor das manifestações como também participou das passeatas. Assim como foi dito “eu vou apoiar”, mas não era eu vou apoiar e estou dentro do gabinete dizendo “Ah, os professores não estão aqui”. O governo sabia que ela estava lá participando das passeatas. Um grande número de alunos nesse período participou de todo o movimento. Teve uma participação geral da comunidade. Não vou te dizer que foi 100% porque é impossível, mas uma grande e maciça maioria estava lá. (professora Clenice Rodrigues Machado/Depoimento em 31/10/2008)

Em virtude dos fatos mencionados, pude observar que assim como o IEE era o exemplo para a reivindicação, pois era considerado o termômetro para que as outras escolas entrassem em greve, também seria o exemplo para a punição. E foi por meio do “Golpe da Merenda” no IEE que o governo mostrou a todo o magistério que “democracia tem limite”.

3.3. Das lutas à apropriação do capital social pelo corpo docente

Durante todos esses anos de sua existência, mais precisamente no período de 1985 a 1995, os movimentos de greve sempre foram uma constante no IEE e nas

escolas de todo o Estado. Os motivos para tais movimentos normalmente estavam ligados à questões salariais entre outros como vemos em DAROS (1989),

O conjunto das ações coletivas desenvolvidas pelos professores, entendido como um movimento social, caracterizou-se, basicamente, por apresentar reivindicações frente a um locutor específico – o Estado. Desde a questão salarial até às questões referentes à participação na elaboração da política educacional e a perspectiva de democratização da gestão escolar, orientam-se no sentido de pressionar o Estado e suas agências para estabelecer relações políticas (Estado-movimento) mais democráticos. (p.141)

As conquistas como o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira nem sempre foram cumpridas na sua íntegra. Além disso as reposições salariais quase sempre eram insuficientes e revelavam condições precárias aos educadores que, desta forma, fizeram das greves um instrumento muitas vezes utilizado para suas reivindicações.

Neste sentido, como sabemos, era a partir do IEE que as outras escolas ganhavam forças para, também, fazerem suas greves. Esta Instituição sempre funcionou como um “termômetro de greve” para a sociedade. Por sua vez, os professores desta instituição sempre formaram um grupo de liderança frente às outras escolas. Levavam suas manifestações adiante para alcançar seus objetivos. Ou seja, sempre foi um grupo muito atuante nas causas que defendiam.

[...] o Instituto tinha questões do ponto de vista administrativo e pedagógico e conhecimento antecipado de direitos que foram relacionados no debate do Plano Estadual de Educação e não aprovados, mas a escola incorporou como, por exemplo, a redução da carga horária em sala de aula e a hora atividade. No Instituto, um regime de 40horas/aula você dava 26 aulas, no regime de 20 aulas você dava 12 aulas, 10 aulas seriam 4 aulas. (professor Márcio de Souza/Depoimento em 16/12/2008)

Outro aspecto citado pelo professor Márcio de Souza foi o funcionamento do serviço social que a cada término de um conselho de classe procurava elencar ao máximo quais as condições satisfatórias e as dificuldades do aluno. Se o aluno desaparecia, uma Kombi do Instituto ia bater na casa do aluno para saber o que aconteceu com ele. Havia recursos para o deslocamento, para o passe, para a alimentação do aluno que se estendia também à família caso estivesse em situação de dificuldade.

Além disso, quando os professores do IEE entravam em greve, como não sabiam se os dias parados seriam descontados ou não pelo governo em Assembléia Geral, criavam um “fundo de greve” que tinha como objetivo ajudar a repor o salário daqueles que, porventura, fossem descontados. Nesse fundo, os próprios

professores depositavam a quantia que podiam e até mesmo aqueles que não participavam da greve por motivos particulares, mas que se mostravam solidários a ela porque de alguma forma seriam beneficiados com os resultados da greve, colaboravam para essa “caixa reserva”.

Esta experiência pode ser relacionada ao que BOURDIEU (1998) afirma como sendo os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. Verifico aqui o pertencimento a esse grupo, que na ocasião apresentava objetivos econômicos e políticos, e se demonstrava solidário para que houvesse a possibilidade de reivindicarem seus direitos sem maiores prejuízos. Os professores mostram que tinham suas estratégias enquanto grupo.

Nesta perspectiva, os indivíduos, no caso os professores, estão dispostos, a agir de uma certa maneira, a perseguir determinados objetivos, a cultivar certas preferências, a escolher certas estratégias que, ao longo do tempo, são adotadas e incorporadas pelo grupo como parte de um habitus coletivo.

Segundo VALLE (2007)¹⁶, o conceito de habitus nos mostra que o mesmo é resultante da posição social que conduz a ver, agir e a julgar de uma determinada maneira. Além disso, refere-se também ao conjunto de atividades e disposições próprias de uma cultura.

É por meio das trocas que o indivíduo estabelece seu habitus. Nesse sentido, pensa-se habitus como a “maneira de ser” desse indivíduo ligado a um grupo social. Logo, o corpo docente de uma instituição, por ser um grupo social, estabelece em cada agente essa “maneira de ser”. Ou seja, o capital social, as relações estabelecidas dentro de um determinado grupo é um fator fundamental para o estabelecimento de um habitus no indivíduo, no caso, o professor que pertence a esse grupo. Desse modo, para ser integrante desse grupo percebe-se que o habitus se impõe aos novos ingressantes como um direito de entrada, sendo um modo de pensar específico.

Dessa forma, de acordo com BOURDIEU (1998), percebe-se que o capital social é como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-conhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um

¹⁶ VALLE, Ione R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. In; Educação e Pesquisa. V33, jan/abr 07. p.117-134.

grupo. Agentes que pertencem a um determinado grupo docente, de uma determinada instituição de ensino, produzem um determinado capital social.

O capital social designa o fundamento de efeitos sociais. Esses efeitos das ações das relações sociais são visíveis à medida que diferentes indivíduos com rendimentos desiguais, se pensarmos no *habitus* de cada um, podem mobilizar o capital de um grupo. Com isso, tais indivíduos apropriam-se desse capital proveniente de um determinado grupo, no caso, o grupo de professores da instituição de ensino (IEE).

Os agentes disputam o acesso ao tipo de capital mais valorizado socialmente. A partir da extensão da rede de relações que um agente individual possui é que podemos perceber o volume do capital social deste agente.

Os agentes são unidos por ligações permanentes e úteis. Esse grupo de agentes são dotados de propriedades comuns e são passíveis de serem percebidos por um observador, pelos outros e por eles mesmos. Os professores do IEE se percebem dentro de seu grupo que se apresenta distinto, se comparado a outras instituições de ensino.

Observo aqui o pertencimento a esse grupo, que na ocasião apresentava um objetivo ideológico, a greve, e se demonstrava solidário para que houvesse a possibilidade de reivindicarem seus direitos sem maiores prejuízos. Segundo BOURDIEU,

[...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente orientadas para a instituição ou a prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e letivas que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc) ou institucionalmente garantidas (direitos). E isso graças à alquimia da troca (de palavras, de presentes, de mulheres, etc) como comunicação que supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos. (BOURDIEU, 1998, p.68)

Para pertencer a um determinado grupo, incorporar-se a ele, o indivíduo precisa apropriar-se da mesma linguagem do grupo (*habitus*). Esta funciona como uma “porta de entrada” a esse pertencimento. O fascínio advindo desse pertencimento pode ter sido gerado de relações políticas. Entendendo política como uma forma hábil de agir e de tratar, pode-se considerar que determinados integrantes do grupo com o intuito de “aumentar o número de adesões” ajam dessa

maneira, pois durante as manifestações de greve, muitos professores ficavam solidários ao movimento, mas não aderiam à greve.

Foi o que, provavelmente, aconteceu com o movimento para a eleição de diretor em 1990. O grupo acabou se dividindo e perdendo força para levar à diante suas reivindicações de democracia.

A tendência que os agentes têm de preservar em seu ser um determinado “tipo de habitus” pode estar na origem tanto da inadaptação quanto da adaptação, tanto na revolta quanto da resignação destes agentes. (BOURDIEU, 1998, p.85)

Compreendo que esse capital social formado pelos professores do IEE provém de uma “certa tradição”, uma reprodução do capital social herdado que contribui para o capital escolar da instituição, pois torna-se parte integrante de tudo aquilo que é produzido na escola.

Os movimentos de greve sempre partiam de uma ideologia e eram organizados por grupos orientados pelo SINTE. Desse modo, o corpo docente deixava que se concentrasse nas mãos do sindicato o poder de direção do grupo formando, assim, um capital coletivo.

Enquanto não houver instituições que permitam concentrar nas mãos de um agente singular a totalidade do capital social que funda a existência do grupo (família, nação, mas também associação ou partido) e delegá-lo para exercer, graças a esse capital coletivamente possuído, um poder sem relação com sua contribuição pessoal, cada agente deve participar do capital coletivo, simbolizado pelo nome da família ou da linhagem, mas na proporção direta de sua contribuição, isto é, na medida em que suas ações, suas palavras e sua pessoa honrarem o grupo. (BOURDIEU, 1998, p.69)

3.4. Espaço social e capital simbólico agregado

Para essa discussão, parto do conceito sobre espaço social apresentado por BOURDIEU (2001) que o define pela distinção das posições que o constituem, ou seja, como uma estrutura de justaposição de posições sociais que são definidas pela distribuição das diferentes espécies de capital. Neste sentido, os agentes estão situados em um lugar do espaço social que tende a se retraduzir no espaço físico. As divisões e distinções do espaço social se exprimem de forma real ou simbólica no espaço físico. Tal espaço se define pela correspondência entre uma certa ordem de distribuição dos agentes que são caracterizados pelo lugar que ocupam. Nesta ordem, a análise se pauta no espaço social dentro do IEE, que constitui um espaço

físico, e, de forma mais ampla, dentro do cenário estadual e nacional com a distinção de posição que a comunidade escolar do IEE ocupou nos momentos de participação.

Desse modo, a participação democrática no IEE se dá dentro de um espaço social que produz capital social e simbólico. Pertencer ao grupo de professores do IEE, uma instituição tão antiga e com prestígio estadual e nacional por seu reconhecimento como Escola Normal Catarinense, faz com que os professores tenham um capital social estabelecido, já que o mesmo assegura aos agentes lucros proporcionados pelo pertencimento. Lucros esses que podem ser materiais, como todos aqueles assegurados por relações úteis, e lucros simbólicos, pois os agentes estão associados à participação num grupo raro e prestigioso.

Nesse caso, os professores do IEE apresentam uma distinção com relação aos docentes de outras escolas. Essa superioridade se dá pelo prestígio social do IEE por sua longa história que os projeta acima dos demais profissionais da área e seus bens culturais são classificados segundo uma ordem de distinção dentro do cenário estadual e nacional. Além disso, desde a década de 1980, sempre houve por parte do corpo docente uma consciência inicial de luta para os movimentos de reivindicação.

Na perspectiva de BOURDIEU (1998), esse prestígio ou boa reputação num campo específico ou na sociedade em geral é conceituado como capital simbólico. Tal conceito se refere a como um indivíduo, no caso o corpo docente, é percebido pelos outros.

Na década de 1980, muitos professores do IEE tinham atividade docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse capital simbólico é retratado de forma saudosa pelo professor Márcio de Souza,

[...] na década de 1980 a grande parte das pessoas queriam lecionar no Instituto por causa da qualidade da oferta de ensino e obviamente todo mundo colocava os filhos para estudar numa escola que tinha prosperidade. O Instituto tinha tradição de se entrar como criança no pré- escolar e ia até o terceiro ano científico antigo, hoje Ensino Médio e com a grande probabilidade de ingressar numa Universidade Pública por concurso vestibular sem precisar fazer pré-vestibular. Essa era a visão, o conceito da sociedade em relação ao Instituto. Tinha filas ao redor da escola aguardando uma vaga para matricular seus filhos no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Primário. [...] Então isto fez parte de um momento da história da educação no Estado de Santa Catarina onde esse espaço público de educação foi criado, cumpriu exatamente a sua função de excelência. Essa escola cria, não à toa, nada de artificialidade nesse aspecto, números que a consagraram em aproveitamento. Como aquela que combate as outras privadas de status, ela não tinha nada a perder do

ponto de vista do conceito e do respeito público. As pessoas tinham a confiança na escola. (Depoimento em 16/12/2008)

O corpo docente do IEE formava um grupo social detentor de um capital cultural ao que BOURDIEU (1998) identifica como uma espécie de alta pequena burguesia numa combinação de virtudes intelectual e moral. Esta seria a “elite do corpo professoral”, pois exprime toda a posição desse corpo na estrutura das relações de classe. Os departamentos¹⁷ de Química, Física e Matemática eram bastante ativos na participação do debate político dentro da escola que tinha sua origem nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos departamentos criando um ambiente de politização. Essas atividades pedagógicas desenvolviam no espaço social da escola uma cultura.

Fazíamos muitas atividades de participação pedagógica no interior da escola. Tínhamos a jornada de educação todo mês de junho e cada departamento organizava essas atividades. Essas jornadas sempre aconteciam com a participação de professores da Universidade Federal, convidados de outras classes para debater a educação, para debater física, química e tal. Isso criava um ambiente de politização no interior da escola. Então, quando nós saíamos para os processos mais radicalizados de greve, tudo isso vinha como definição. O departamento de química fechava, ninguém dava aula no departamento de química. Só se percebia qual foi a decisão da escola porque a nossa caminhada de debate político consubstanciava a possibilidade de chegar num momento crítico de uma greve e os departamentos estarem completamente fechados entre si. Então esses companheiros dinamizavam também o debate na vida política e na vida social, nós tínhamos uma vida intensa socialmente também, né? Dessa forma creio que nós criamos uma espécie de um grau de cultura que nos permitia desenvolver essas lutas. (Márcio de Souza, professor/Depoimento em 16/12/2008))

Além dos aspectos observados, percebi que a imagem da professora Rosângela também representava um capital simbólico em decorrência de sua competência profissional e de sua gestão com as pessoas, por alcançar um reconhecimento explícito. Como diretora, sempre teve uma boa aceitação por parte da maioria do corpo docente. A convivência com a grande maioria do grupo sempre foi muito harmoniosa.

A liderança dela e as posturas claras que tomava enquanto direção fortalecia sua imagem, tanto que ela volta e é novamente eleita. Não porque a comunidade devesse alguma coisa a ela, foi justamente pela liderança e as posturas que tinha com o grupo como um todo. (professora Clénice Rodrigues Machado/Depoimento em 31/10/2008)

Nesse sentido, posso afirmar que a professora Rosângela, enquanto diretora, representou um certo capital simbólico à medida que a comunidade reconheceu sua

¹⁷ Departamentos é a nomenclatura para o grupo de professores que ministram aula na mesma disciplina.

importância e tornou sua competência legítima, ou seja, o dominante pode ter seu poder a partir do simples reconhecimento daquele que reconheceu sua dominação como legítima. Nesse caso os segmentos do IEE concederam à professora Rosângela o poder de representá-la, por meio do voto direto, escolhendo a mesma para ser sua representante e, desta forma, administrar a escola. De acordo com o professor Márcio de Souza,

Ela incorporou grande parte das bandeiras principalmente das questões da democratização da escola. Se empenhou bastante em construir um ambiente favorável para que essa questão de participação política no interior da escola tivesse vida de criar organismos como, por exemplo, Conselho Deliberativo da escola. Naquele período, ela abriu um debate sobre a composição de criação do Conselho Deliberativo e o funcionamento da APP. Eu diria que a maior riqueza do período da Rosângela foi essa tentativa dela de esboçar um novo cenário político, avançado, progressista no sentido de que representasse uma diferenciação daquele estabelecido conservador e extremamente engajada com as relações político-partidárias e tentar tornar a escola um pouco mais autônoma no papel vivo e das expectativas daqueles que participaram da defesa do processo de eleição. A Rosângela veio com esse apelo, tenta cumprir essa jornada dentro desses marcos. (Depoimento em 16/12/2008)

Por outro lado, por ter se constituído num espaço social democrático, as opiniões dentro do IEE também divergiam. Neste sentido trava-se, então, uma luta simbólica que no enfoque de BOURDIEU (2001), é a concorrência em torno de um poder que só pode ser obtido junto a outros concorrentes pelo mesmo poder.

Percebemos uma luta simbólica dentro do espaço social da instituição. Esta luta acontece no campo político, pois há entre o próprio corpo docente relações de força relacionadas à posição dominante (diretor) e à posição dominada (aqueles que deveriam seguir as normas). Dentre estes sujeitos havia alguns do corpo docente que também eram pretendentes ao cargo de direção e, por seu turno, divergiam em suas opiniões quanto à gestão da diretora eleita democraticamente.

Existiram alguns elementos trazidos pela administração da Rosângela que foram importantes num processo de quebrar com a lógica até então desenvolvida de que o único mandatário no interior da escola é o professor, a última palavra é do professor, a última palavra é do diretor. Creio que esses acenos de possibilidades que fez pela administração da Rosângela criou contra ela exatamente uma situação de insatisfação dos colegas. Creio também que isso tenha desdobrado em um questionamento feito por alguns. Eu tinha um conhecido que dizia: "essa democratite, esse assembleísmo". Eles falavam muito dessa expressão, do diálogo, do debate dessa coisa toda. Uma cidade para conversar tem que ter mecanismos, não pode ser tradicional, tem que criar métodos para envolver, tem que criar algumas diferenciações clássicas de participar e ser participado. (professor Márcio de Souza/Depoimento em 16/12/2008)

Dado o exposto, pude verificar que a ação das entidades nos espaços sociais de participação aconteceu de forma efetiva no IEE, o que tornou a escola apta à autonomia. Os segmentos desta instituição articulavam-se e participavam por meio de conflitos e embates nas reivindicações feitas ao governo do Estado. O IEE ocupou um lugar de destaque no cenário Estadual tendo contribuído fortemente para a ampliação da participação da comunidade nas instituições e órgãos no âmbito escolar.

Dessa forma, por meio da participação os sujeitos conseguiram espaços para a possibilidade de fazer parte de uma gestão democrática.

A construção de um sujeito coletivo liderado, principalmente, pelos professores, nos mostrou a apropriação do capital social desses sujeitos que formavam um grupo de liderança. Dentro desse espaço social que determina a posição social do corpo docente, percebi as relações de força que se manifestam. Segundo BOURDIEU (2001), é por meio das transformações pelas quais passam a estrutura social, que pode se dar pelo surgimento de novos grupos com interesses determinados, que as relações entre política e educação se estabelecem.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi compreender e estabelecer uma mediação entre os movimentos sociais no campo da educação nas décadas de 1980 e 1990 e os movimentos por participação no Instituto Estadual de Educação. Refletindo acerca das questões levantadas, pudemos sinalizar algumas respostas.

No decorrer desta investigação, pude evidenciar que o Instituto Estadual de Educação acompanhou o momento de explosão da década de 1980 assim como aconteceu com os Novos Movimentos Sociais (NMS), quando coletivamente participava de forma efetiva nas lutas referentes as mudanças dentro da instituição. Foi nesse momento em que os segmentos do IEE agiram como sujeito coletivo para resolver questões referentes as possibilidades de atuação dentro do espaço social da escola participando de processos de formação como, por exemplo, o Regimento Interno do IEE em 1986.

No processo de política educacional do Estado o movimento de professores da rede pública estadual, como um todo, mostrou, na década de 1980, um grande poder de articulação e mobilização em torno das questões consideradas como prioritárias como o Estatuto do Magistério, o Plano de Carreira, a eleição para diretores, reajustes salariais e democratização nas relações dentro da escola. Neste sentido, constatei que processos como este demonstram como a participação democrática não acontece de forma espontânea, pois é um processo histórico de construção coletiva. No caso do IEE, destaco que as eleições e as greves foram conquistas que professores, alunos e pais projetaram no cenário da instituição, revelando um aspecto fundamental de consciência de classe, de participação efetiva, cujos resultados, passados mais de 20 anos desde seu início, mostram que a instituição, que foi referência no ensino, passou a ser também no plano político.

Cabe ressaltar que, na interlocução com os governos do período estudado, Espiridião Amin (1983-1987) e Pedro Ivo (1987-1991), na tentativa de fazer valer seus interesses e pressionando o Estado para assumir sua responsabilidade com a educação pública, os segmentos da instituição se depararam com possibilidades e limites que se mostraram nas eleições e nas greves analisadas. Neste sentido, esses processos foram importantes enquanto espaços de participação à medida que possibilitaram a professores, alunos, pais e funcionários manifestar sua opinião.

Constatei que o maior envolvimento no âmbito do IEE foi o da APP, enquanto entidade, e a manifestação de participação em maior grau foi a do corpo docente, pois foi a base organizacional desse processo de luta política demonstrando um poder de mobilização no período analisado. Além disso, o esforço dos professores do IEE enquanto sujeito coletivo contou com o apoio do SINTE/SC que orientava suas ações. Desse modo, uma nova identidade surge por meio das práticas na luta por espaços mais democráticos e o reconhecimento desse corpo docente por seu capital social e simbólico.

Posso afirmar que foi no governo de Espiridião Amin que as conquistas dos professores do IEE tiveram maior alcance quando o governador empossa a diretora eleita democraticamente mesmo sem quorum legal. Por outro lado, o governo de Pedro Ivo Campos apresentou maior rigor exonerando a professora Rosângela Moraes da Rosa eleita democraticamente, além de instalar processos administrativos para alguns professores em função do “Golpe da Merenda”.

Na década de 1990, seguindo a tendência de segmentação com o surgimento de novas práticas civis que propõem parcerias com o poder público identificando uma nova relação entre sociedade e Estado, observei que houve uma ruptura na relação entre o corpo docente da instituição, tornando a possibilidade de participação mais limitada à medida que o grupo perde sua força. Ao que tudo indica, a segmentação do corpo docente aconteceu em virtude da atuação partidária de alguns de seus membros que influenciam o grupo.

Neste sentido, pude notar por meio dos depoimentos dos entrevistados que a participação da comunidade escolar aconteceu sob dois aspectos: o primeiro está relacionado à participação nas decisões, que se refere à gestão, à medida que a comunidade como um todo decidia questões referentes aos problemas internos da instituição como a compra de materiais para a escola por parte da APP, a atuação do Grêmio para levantar questões relacionadas às melhorias na escola, além da participação dos departamentos que discutiam questões pedagógicas e que eram compartilhadas com a direção; o segundo aspecto de participação está ligado ao apoio da comunidade nos processos de mobilização elaborados pelo corpo docente que seriam as greves, ou seja, movimentos do magistério em busca de melhores condições de trabalho e que se referem à participação na gestão do Estado no intuito de que o mesmo estabeleça relações políticas mais democráticas.

Por fim, verifiquei que a participação democrática ocorreu no período analisado, mas de formas distintas. A primeira acontecia com um corpo docente mais unido que ajudava a conscientizar a comunidade escolar transformando-a em sujeito coletivo era o “um por todos e todos por um”. A segunda forma de participação aconteceu de forma mais fragmentada quando iniciaram os embates ideológicos. Esse processo causou uma ruptura no grupo, mas a participação continuou mesmo que de forma mais individualizada.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Maria das Dores D. de et alii. Diagnóstico Estadual do Setor de Educação em Santa Catarina – A democratização da Educação em Santa Catarina: Um Outro Estilo de Diagnóstico. *Cadernos do CED*, Florianópolis, 2 (1/2), 1985.
- AURAS, Gladys Mary Teive. Modernização econômica e formação de professores em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. Pierre. Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1.Artes de fazer. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAROS, Maria das Dores. Em busca da participação: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, NUP, 1989.
- FALCÃO, Rui. A República que fez plástica. In: KOUTZII, Flávio (org.). NOVA REPÚBLICA: um balanço. São Paulo: LPM, 1986. p.26-44.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FREITAG, Bárbara. Planos, verbas e boas intenções. In: KOUTZII, Flávio (org.). NOVA REPÚBLICA: um balanço. São Paulo: LPM, 1986.p. 125-154
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. 6ªed. São Paulo: Loyola, 2007.
- KOUTZII, Flávio (org.). NOVA REPÚBLICA: um balanço. São Paulo: LPM, 1986.
- LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Instituto Estadual de Educação: a erosão da ordem autoritária. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- LEAL, Elisabeth Juchem Machado & SILVA, Virgínia Maria de Figueiredo e. As eleições dos diretores de escolas e a constituição dos conselhos deliberativos:

possibilidades de transformação da escola? *Perspectiva*, Florianópolis, ano 5, n.10, p.24-36. jan/jun.1988.

_____. Diretores eleitos: dilemas emergentes da greve do magistério de 1987 em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v.5, n. 1, p.62-77, jan./jun. 1987.

MENEGUELLO, Rachel. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (p.151-172)

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Gestão da escola pública*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *Por dentro da escola pública*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

VALLE, Ione R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. In: *Educação e Pesquisa*. V.33, jan/abr 07. p.117 – 134.

Bibliografia consultada

- AMARAL, Márcia Suely Corgozinho. Poder, Resistência e Autonomia: Immanuel Kant e Michel Foucault. Dissertação de Mestrado. UDESC. 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O educador: vida e morte. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CARMINATI, Márcia Bressan. Democratizando a gestão: os Conselhos de Escola e as Eleições de Diretores na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a educação. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LINHAS: Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura/ Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UDESC, v.6, n.1, jan./jun.2005.
- SANTOS, Tomaz Silveira dos. Participação do Conselho Deliberativo Escolar na Democratização da Gestão da Escola. Dissertação de Mestrado. UDESC. 2006.
- SINTE/SC. Avaliação do movimento e encaminhamentos. Informativo nº 07, de 05/08/87. Florianópolis, 1987.
- _____. Diagnóstico da educação catarinense. Florianópolis, 2002.
- VIOLA, Eduardo José. As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário de SC. Cadernos de Ciências Sociais. Fpolis: UFSC. 6 (1). 1986.
- WESTRUPP, Marlene Feuser. Gestão Escolar Participativa – Novos Cenários de Competência Administrativa. Dissertação de Mestrado. UDESC. 2003.

Fontes

Depoimentos / Entrevistados

COSTA, Ana Cláudia Fraga. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 01/10/2008.

FERNANDES, Adeilton Victor. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 12/07/2007.

MACHADO, Clenice Rodrigues. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 31/10/2008.

MEDEIROS, Maria Clarice. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 13/07/2007.

ROSA, Rosângela Moraes da. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 03/11/2008.

SOUZA, Márcio José Pereira de. **Entrevista concedida a Maria Cristina Martins.** Florianópolis, 16/12/2008.

Legislação

BRASIL. Leis, Decretos, etc. Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

SANTA CATARINA. Lei nº 6.844 de 29 de julho de 1986. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Estadual do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Diário Oficial, de 31 de julho de 1986.

_____. A democratização da educação. A opção dos catarinenses. Plano Estadual de Educação 1985-1988. Fpolis: IOESC, 1984.

_____. Lei nº 8.040, de 26 de julho de 1990. Dispõe sobre as funções de direção de escolas públicas, forma de escolha de diretores e dá outras providências. Legislação estadual 1990/ Organização, Secretaria de Estado da Justiça e da Administração – Fpolis: SJA, 1992.

_____. Plano Estadual de Educação 1969/1980. Florianópolis, 1969.

_____. Decreto nº 29.790, de 29 de julho de 1986. Regulamenta a implantação dos Conselhos Deliberativos nas Escolas Públicas Estaduais de Santa Catarina. Florianópolis, 1986.

_____. Decreto nº 911, de 19 de novembro de 1987. Dispõe sobre a extinção do Conselho Deliberativo Escolar e substituição por um Conselho Comunitário Escolar. Florianópolis, 1987.

_____. Decreto nº 31.113, de 18 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a existência das Associações de Pais e Professores, revoga o Decreto nº 15.792, de 17 de dezembro de 1981, que aprovou o Estatuto-padrão das Associações de Pais e Professores e dá outras providências. Florianópolis, 1986.

_____. Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985. Institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores das escolas públicas estaduais e dá outras providências. Florianópolis, 1985.

_____. Decreto nº 3.429, de 08 de dezembro de 1998. Regulamenta o Conselho Deliberativo Escolar nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública estadual. Florianópolis, 1999.

Jornais

O Estado, Santa Catarina. 14 de jul.1987. nº 22.048.

O Estado, Santa Catarina. 16 de jul. 1987. nº 22.050.

Diário Catarinense, Santa Catarina. 14 de jul. 1987. nº 438.

Diário Catarinense, Santa Catarina. 15 de jul.1987. nº 439.

Jornal Veredas - IEE 99 anos, edição nº 1, Maio-Junho 1991.

Documentos da Instituição

Instituto Estadual de Educação. Estatuto da Associação de Pais e Professores do Instituto Estadual de Educação. Florianópolis, 08/06/1978.

_____. Estatuto da Associação Desportiva do Instituto Estadual de Educação. Florianópolis, 16/12/2004.

_____. Estatuto do Grêmio Estudantil Edson Luiz do Instituto Estadual de Educação. Florianópolis, 12/10/1986.

_____. Regimento Interno do Conselho Deliberativo Escolar. Florianópolis, 26/11/2003.

_____. Estatuto da Associação dos Professores e Funcionários. Florianópolis, 28/02/2008.

_____. Organização Escolar. Florianópolis, 14/06/1989.

_____. Projeto Político Pedagógico. Florianópolis, 2007.